



AÇORES

CONFIANÇA | ESTABILIDADE | COMPETÊNCIA



PROGRAMA ELEITORAL

2024-2028



AÇORES



O PRESIDENTE DE CONFIANÇA

VASCO CORDEIRO

INDÍCE

REFORÇAR A AUTONOMIA	5
I – CREDIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE – CONFIANÇA NO FUTURO	8
1.1. Recuperar a sustentabilidade das contas públicas	8
1.2. Recuperar a Convergência – Aproveitar os Fundos Comunitários	12
1.3. Fiscalidade – Investimento Externo – Atração de Capital Humano	15
1.4. Uma Administração Pública Regional mais valorizada e melhor preparada para o futuro	18
1.5. Cooperação com o Poder Local	19
1.6. Cooperação e Ação Externa – Os Açores na Europa e no Mundo	20
1.6.1. Cooperação Externa	20
1.6.2. Afirmação na União Europeia	23
1.6.3. Comunidades	25
1.6.4. Relação com os Estados Unidos da América	27
II – MAIS RENDIMENTOS, MAIS DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL – UMA REGIÃO DE BEM ESTAR	29
2.1. A Economia ao Serviço das Pessoas	33
2.2. Emprego e Qualificação – Valorização do Trabalho e dos Rendimentos	39
2.3. Formação Profissional – Servir as Empresas e o projeto de vida das pessoas	42
2.4. Educação – Melhor Sistema Educativo Regional	44
2.5. Cultura	51
2.6. Comunicação Social	56
2.7. Um Serviço Regional de Saúde mais forte e mais robusto	57
2.8. Proteção Civil e Bombeiros	64
2.9. Apoiar as Famílias – Da Habitação ao combate à pobreza e a exclusão social	65

2.10. Prevenção do uso e consumo de substâncias psicoactivas e outras dependências.....	68
2.11. Envelhecimento Ativo – Apoio aos Idosos	71
2.12. Desenvolvimento Desportivo.....	73

III – GARANTIR O FUTURO – ECONOMIA SUSTENTÁVEL, MOBILIDADE E COESÃO

.....	76
3.1. Acessibilidades, Transportes e Mobilidade – Um território coeso.....	76
3.2. Turismo.....	82
3.3. Agricultura.....	90
3.4. Pescas.....	94
3.5. Desenvolvimento sustentável, Transição Energética e combate às Alterações Climáticas	98
3.6. Inovação, Ciência e Tecnologia.....	106
3.6.1. Inovação em contexto empresarial.....	106
3.6.2. Ciência e Tecnologia.....	108
3.6.3 Estratégia para o Espaço.....	113

REFORÇAR A AUTONOMIA

Nas últimas duas décadas, a par do exercício da governação, o Partido Socialista dos Açores tem liderado os movimentos de reflexão e aprofundamento da Autonomia, enquanto meio para alcançar as melhores e mais adequadas soluções para os desafios específicos da Região, mas, sobretudo, as melhores respostas para os Açorianos.

Esse papel liderante, que queremos manter, é resultado de uma noção muito clara de que a concretização prática dos princípios autonómicos é um processo dinâmico, sujeito a constantes desafios e reptos, e que se afirma e reforça de cada vez que se ousa questionar e repensar.

O PS/Açores não busca uma Autonomia confortável ou de mão estendida, mas sim uma Autonomia arrojada, feita de envolvimento, empenho e superação.

Uma Autonomia dinâmica que, assente na condição específica da nossa Região, se afirma pela adequação das respostas que é capaz de promover, em benefício do Povo Açoriano. Este é o compromisso do PS/Açores.

Nenhuma revisão constitucional ou estatutária se fez sem a participação ativa e proponente do PS/Açores, em Lisboa ou nos Açores.

O PS/Açores é, assim, a força da Autonomia, da estabilidade política e da afirmação dos Açores no plano nacional e internacional

Foi também o PS/Açores o principal dinamizador da necessidade duma reforma Autonómica, que urge concluir a nível institucional, e cujas propostas concretas, quer ao nível dos princípios enformadores, quer da sua regulamentação normativa, são públicas e conhecidas.

Nos níveis institucionais próprios, o PS/Açores tem, de forma influente e propositiva, apresentado iniciativas com vista ao alcance da reforma autonómica que se impõe, com flexibilidade e ativa busca dos necessários consensos que reforcem e legitimem o alcance destes objetivos, vencendo-se assim, e uma vez mais, atávicos e injustificados centralismos.

Há assim um processo, iniciado e participado, que urge concluir, no parlamento regional e nacional, dando igualmente resposta cabal aos novos desafios que, também ao nível jus-competencial, a situação pandémica e a crise inflacionista, vieram colocar.

Proseguiremos essa tarefa, com a máxima motivação e empenho, no quadro açoriano e nacional, que a atual conjuntura político-institucional permite, relativamente à revisão constitucional, à revisão da lei eleitoral, à criação do círculo dos Açores para o Parlamento Europeu e à criação do Tribunal da Relação dos Açores.

Assim, reiteramos o compromisso assumido de renovar a iniciativa do processo de revisão constitucional que vise a reforma e o aprofundamento da Autonomia. Um trabalho que, para além de ir ao encontro das justas pretensões das autonomias insulares no que

concerne, por exemplo, à extinção da figura do Representante da República, à extinção da proibição de partidos regionais ou à visão sobre os domínios territoriais e marítimos, terá, necessariamente, como objetivo melhorar as respostas que o Estado, nas suas diferentes dimensões, coloca à disposição dos destinatários das políticas públicas.

Concluiremos o processo de aperfeiçoamento da lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprofundar a facilitação do exercício do voto por parte dos cidadãos, designadamente com a consagração, numa primeira fase a título experimental, do voto eletrónico, bem como o reforço da participação, de candidatura e de influência dos cidadãos, através nomeadamente da consagração do sistema de voto preferencial de listas abertas, bem como o reforço do princípio da paridade de género das listas candidatas.

Renovaremos as iniciativas de criação do Tribunal da Relação dos Açores que, para além de pretender agilizar o acesso útil à Justiça entre nós, repõe igualmente uma conquista de âmbito institucional que já detivemos, e a criação de um círculo dos Açores na Lei Eleitoral para o Parlamento Europeu garantia, contra todas as vicissitudes, duma presença açoriana no único órgão da União Europeia com legitimidade democrática direta.

Do mesmo modo, a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas – instrumento essencial que materializa o compromisso efetivo do Partido Socialista com o projeto autonómico – assume particular

relevância, uma vez que a coesão social, territorial e económica tem de ser garantida no escrupuloso respeito pelo princípio da igualdade associado ao princípio da insularidade.

Por outro lado, existem áreas em que o reforço das autonomias regionais pode e deve acontecer. É o caso da eficácia do exercício das funções do Estado nas regiões autónomas ou, numa perspetiva mais vasta, da dicotomia entre as funções do Estado e as funções das regiões autónomas.

Para potenciar a autonomia regional, prevê-se a criação do Conselho de Concertação com as Autonomias Regionais, composto por membros dos Governos da República e Regionais, com o objetivo de valorizar o papel das regiões autónomas no exercício das funções do Estado, seja pela participação e colaboração no exercício das competências estatais nessas regiões, seja pelo estabelecimento, quando necessário, de mecanismos de colaboração nas respetivas políticas públicas.

Neste particular destacam-se a promoção da contratualização, das parcerias e da ação conjunta que suscite a intervenção direta e mais próxima dos entes regionais em matérias essenciais ao funcionamento dos serviços do Estado na Região, assim como o reforço da cooperação e da intervenção, legal ou contratualizada, dos órgãos regionais no cumprimento de objetivos e fins do Estado que, nos Açores, são prosseguidos pelos órgãos regionais, uma vez que, pela proximidade e conhecimento que têm, estes se afiguram como um elemento potenciador da eficácia da ação pública.

I – CREDIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE CONFIANÇA NO FUTURO

1.1. Recuperar a sustentabilidade das contas públicas

No período entre 2021 e 2022, últimos dados disponíveis, a Região apresentou défices orçamentais, na ótica das Contas Nacionais, no valor de 385 e 395,1 milhões de euros, respetivamente, ultrapassando mesmo o saldo registado em 2020, ano em que a economia esteve “paralisada” devido ao eclodir da pandemia de Covid-19.

No que diz respeito ao rácio da dívida bruta face ao PIBpm, os Açores atingiram em 2022, pela primeira vez, o valor de referência europeu dos 60%, definido no Pacto de Estabilidade e Crescimento, o que representa um novo máximo.

De acordo com o Conselho das Finanças Públicas, excluindo os efeitos das “medidas Covid-19” e do apoio financeiro à SATA Air

Açores, “a Região apresentaria em 2022 um défice de 3,1% do PIBR, quase o dobro do verificado em 2019”.

Acresce que, desde a pandemia, temos vindo a registar défices orçamentais médios de 8%, ao ano, o que ultrapassa largamente o limite de 3% definido no PDE – Procedimento dos Défices Excessivos.

Esta degradação das finanças públicas regionais levou a dívida da Administração Regional dos Açores, de acordo com o Banco de Portugal, a ultrapassar os 3.159 milhões de euros, no final do terceiro trimestre de 2023, o que representa um aumento de 31% ou de 754 milhões de euros, em apenas 33 meses. A consequência imediata deste expressivo stock de dívida, num contexto de elevadas taxas de juro, é a previsão de um montante de juros superior a 60 milhões de euros em 2024, um valor que já ultrapassa as receitas de IRC da Região.

A redução da dívida pública face ao PIB é uma condição relevante para a proteção da Autonomia e para melhorar a capacidade do Governo Regional servir os Açorianos e os Açores.

De forma a controlar o ritmo galopante de crescimento da dívida bruta, a reduzir os elevados défices orçamentais e a recuperar os atrasos nos pagamentos de apoios e de faturas aos fornecedores, o PS/Açores propõe, para o período 2024-2028:

- Alavancar todo o potencial económico dos fundos comunitários ao nosso dispor;

- Reduzir o prazo médio de pagamentos, de forma gradual e em articulação com parceiros sociais;
- Criar um Mecanismo de Pagamento de Dívidas a Fornecedores que permita o seu pagamento e consolidação, com transparência, nas contas regionais;
- Reduzir o défice orçamental, convergindo com o limite de 3% do PIB constante do Tratado de Funcionamento da União Europeia;
- Reduzir o ritmo de crescimento da dívida bruta, de forma a que o peso da dívida pública face ao PIB possa convergir com o referencial europeu dos 60%;
- Promover uma gestão da dívida pública, através de renegociações e reembolsos de dívida sempre que as novas condições de financiamento se revelarem mais favoráveis;
- Promover a sustentabilidade da dívida pública, através da emissão de “obrigações verdes” para financiamento de projetos que tenham em conta critérios ambientais, sociais e de governança;
- Avançar com o processo de Revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, depois de um amplo processo de debate público promovido pelos Órgãos de Governo Próprio e Parceiros Sociais, promovendo e reforçando melhores condições de financiamento da Região que garantam a sustentabilidade das finanças públicas regionais;

- Implementação da Estratégia Macro Orçamental para a legislatura, a aprovar pela Assembleia Legislativa dos Açores, através de Decreto Legislativo Regional onde se defina:

- Percentagem de receita própria a afetar ao financiamento do Plano de Investimento e às despesas de funcionamento;
- Percentagem de receita não comunitária a afetar às despesas de funcionamento, ao Serviço Regional de Saúde, ao Sistema Regional de Educação, passando essas despesas a evoluir de acordo com a evolução dessas componentes da receita;
- Reestruturação do Plano de Investimentos, de acordo com as seguintes tipologias: FBCF (formação bruta de capital fixo), subsídios, transferências SPER, e outras.

1.2. Recuperar a Convergência – Aproveitar os Fundos Comunitários

No período entre 1996 e 2022, a economia regional convergiu 7,7 pontos percentuais com a média europeia, ao nível do PIBpc, ainda que este crescimento não tenha sido suficiente para recuperar os valores máximos de convergência alcançados em 2009.

No final de 2022, o Produto Interno Bruto por habitante dos Açores representava 89,7 % da média nacional e estava abaixo do máximo alcançado em 2013.

O que os dados demonstram é que o crescimento económico alcançado nos últimos anos, apesar de positivo, tem sido insuficiente para acelerar a convergência com o resto do país e sobretudo com a média da União Europeia.

Urge por isso aproveitar o volume recorde de fundos comunitários disponíveis e os programas europeus para promover um crescimento económico sustentável, gerador de emprego estável e qualificado e que permita vencer o desafio demográfico através da retenção e atração de talento, sobretudo em áreas estratégicas para a Região.

Propomos, assim, neste âmbito, as seguintes medidas:

- Simplificação, digitalização e desburocratização do sistema de incentivos ao investimento privado – Construir 2030;
- Reforçar a competitividade regional através do programa de fomento da internacionalização e da base económica de exportação e de valorização da Marca Açores;
- Reforço do Investimento Público na digitalização, na descarbonização, na investigação e no desenvolvimento de novos produtos e serviços de valor acrescentado, em parceria com o tecido empresarial, ensino profissional e superior;

Durante a governação do PS/Açores, os Açores foram considerados, pela Comissão Europeia, a Região portuguesa com melhor execução dos fundos comunitários, tendo em conta o nível de aproveitamento dos recursos disponíveis. No final de 2020, a execução do Programa

Operacional Açores estava acima da média do país em cerca de seis pontos percentuais.

No entanto, nos últimos três anos, ocorreu uma inversão preocupante do nível de execução dos fundos comunitários, ao passarmos do primeiro para o último lugar na execução dos fundos do PO2020, o que poderá implicar a devolução de fundos e uma posterior revisão em baixa em futuras negociações com as instituições europeias.

Precisamos, por isso, de avançar com as seguintes medidas:

- Acelerar o nível de execução dos fundos comunitários, através da criação de uma equipa multidisciplinar e transversal aos vários departamentos do governo, dedicada em exclusivo aos investimentos financiamentos pelo PRR e Programa Açores 2030;
- Apresentar a Carta dos Investimentos Públicos Estratégicos 2024-2030, de forma a garantir transparência, previsibilidade e melhor execução do investimento público, com os parceiros sociais e autarquias locais.
- Assegurar as dotações orçamentais necessárias e suficientes no Plano de Investimentos da Região para a execução plena dos investimentos comparticipados por fundos comunitários, bem como a obtenção eficaz e eficiente das correspondentes receitas.

1.3. Fiscalidade – Investimento Externo –

Atração de Capital Humano

Durante a governação do PS/Açores, os Açores foram sempre a Região do país com o nível de impostos mais baixo, tendo aproveitado as faculdades previstas na Lei das Finanças Regionais, do diferencial fiscal de 30%, para promover significativas reduções dos impostos no IRS, IRC e IVA, sem descurar o rigor das contas públicas.

Em 2023, mesmo na oposição, foi o Partido Socialista, nos Açores e na Assembleia da República, que apresentou uma iniciativa para reduzir, numa componente da matéria coletável, a taxa de IRC para os 8,75%, um benefício fiscal extensível a todos os concelhos da Região e que reduz em 30% a taxa de IRC aplicável a essa matéria coletável.

Ao invés, o Governo da Coligação PSD/CDS-PP/PPM tem batido todos os recordes no volume de impostos arrecadados aos Açorianos – 716 milhões de euros em 2021, 744 milhões em 2022 e 776,7 milhões em 2023 – mas mesmo assim tem gerado os maiores défices orçamentais da história da nossa Autonomia, revelando um descontrolo das finanças públicas.

Assim, é urgente avançar com um conjunto de medidas que atraia mais investimento externo, mais capital humano e que garanta melhores rendimentos:

- Promover a estabilidade do regime fiscal e a sua utilização máxima como alavanca na captação de investimento externo, na atração de

talento e na fixação de população, através da manutenção do diferencial fiscal máximo de 30% no IRS, IVA e IRC;

- Criar incentivos para atrair e fixar jovens qualificados, em parcerias com outras entidades públicas e privadas
- Criar programas de incentivos para a atração/captação de trabalhadores remotos e profissionais altamente qualificados em setores estratégicos, para residir nos Açores;
- Promover a fiscalidade verde, como estímulo à inovação, ao desenvolvimento sustentável e ao aumento da eficiência na utilização dos recursos naturais.
- Estabelecer um "Acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade na Região Autónoma dos Açores que envolva todos os parceiros sociais, que contemple, entre outros:
 - Incentivos à convergência dos salários regionais com a média nacional;
 - Aceleração de investimentos em infraestruturas estratégicas, nomeadamente portuárias, aeroportuárias e de visitação turística;
 - Captação e manutenção de novas rotas e operadores aéreos;

- Aumento das qualificações, promoção da formação contínua e da reconversão de trabalhadores em todos os setores de atividade;
 - Desburocratização e digitalização da Administração Pública regional;
 - Priorizar o robustecimento de instituições de apoio ao desenvolvimento das exportações de bens e de serviços e de acompanhamento da competitividade das fileiras produtivas fundamentais dos Açores.
- Propor a revisão da regulamentação do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA), com o reforço dos seus meios financeiros, humanos e materiais, permitindo aprofundar o seu papel de órgão colegial independente, consultivo, e de acompanhamento junto dos órgãos de governo próprio para matérias de carácter económico, laboral, social e ambiental;
- Reforçar os meios materiais e humanos do Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), de modo a potenciar a quantidade e a qualidade da informação estatística produzida por este Serviço;
- Reforçar as competências e recursos materiais e humanos da Administração Pública Regional no âmbito do planeamento e avaliação das políticas públicas, com a monitorização permanente dos impactos económicos, sociais e ambientais das medidas de

política orçamental e/ou dos investimentos públicos previstos no Plano de Investimentos;

1.4. Uma Administração Pública Regional mais valorizada e melhor preparada para o futuro

A Administração Pública Regional tem um papel fundamental para o serviço público prestado aos cidadãos e para a redinamização da nossa economia, nas suas diversas vertentes. É, por isso, fundamental, garantir que os funcionários públicos da Região se sentem valorizados e motivados enquanto parte integrante do projeto de desenvolvimento dos Açores, quer nas condições de trabalho de que dispõem, quer nos rendimentos que auferem, quer na capacidade de prestação de um serviço de qualidade.

Neste âmbito, implementaremos as seguintes medidas:

- Negociar com os sindicatos e estruturas representativas da Administração Pública Regional um acordo de legislatura para valorização dos trabalhadores da Administração Pública Regional que incida, designadamente, sobre as necessidades ao nível de número de funcionários, progressão nas carreiras, aumento dos rendimentos, formação e novas formas de trabalho, tendo, também, em conta as medidas, entretanto, aprovadas e implementadas a nível nacional.

- Prosseguir com todos os processos de valorização de carreiras e aumento de rendimentos já acordados com as estruturas representativas dos trabalhadores;
- Implementação de um projeto-piloto, no decorrer da próxima legislatura, da implementação da semana de 4 dias na Administração Pública Regional direta, com possibilidade de alargar o mesmo à indireta;
- Implementação do Programa «Administração Pública Regional Mais Próxima», em parceria com os serviços da Administração Pública, para garantir maior rapidez de resposta às solicitações dos cidadãos;

1.5. Cooperação com o Poder Local

A cooperação entre o poder local e o governo regional é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência na prestação de serviços públicos e a melhoria da qualidade de vida da população. O fortalecimento desta cooperação deve ser considerado como elemento-chave para a boa governança e para o desenvolvimento sustentável, promovendo sinergias, evitando duplicações e criando condições para uma administração mais eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Nesse âmbito, propõem-se como medidas:

- A transferência de competências para os Municípios e freguesias em áreas onde a proximidade com a população poderá ser potenciada na gestão dos recursos públicos: habitação, ação social e proteção civil;

- Reforço e alargamento das áreas abrangidas pelos acordos de cooperação com freguesias, tendo por base uma apreciação ponderada com base em critérios como a necessidade, prioridade e justiça;
- Criação de um gabinete técnico de apoio às freguesias com uma relação próxima e proativa. O seu papel deverá passar pela divulgação de candidaturas e o apoio na atividade das juntas de freguesia em áreas como a contabilidade e a gestão, ou, ainda, a área jurídica;
- Criação de um fórum regular de diálogo e consulta, nos quais representantes do poder local e do governo regional possam discutir questões importantes, partilhar informações e coordenar esforços.

1.6. Cooperação e Ação Externa – Os Açores na Europa e no Mundo

1.6.1. Cooperação Externa

Nenhuma defesa dos interesses da Região, do Povo Açoriano, da sua Autonomia e das suas perspetivas de desenvolvimento económico, social, científico e cultural futuro se pode fazer sem também uma atuação externa presente, diligente e reforçada.

As regiões são hoje um ator preponderante no projeto de construção europeia e na dinamização de soluções para algumas das questões principais com que se confronta a comunidade internacional e o posicionamento geoestratégico dos Açores confere à nossa Região um

potencial único, constituindo-a como uma referência de centralidade atlântica e um ponto privilegiado de acesso entre continentes.

É fundamental voltar a potenciar a inserção dos Açores em redes de cooperação europeia, quer com regiões próximas política e identitariamente, quer com outras com quem partilhamos objetivos e desafios semelhantes.

A relação com países e territórios com presença de comunidades açorianas tem também de ser retomada com previsibilidade, regularidade e relevância institucional e a nossa relação com as comunidades açorianas atualizada e dinamizada, para abranger também as gerações mais recentes, assim como as dinâmicas da educação, investigação e cultura.

Por último, uma referência ao papel crescente de articulação entre a ação externa e as demais áreas da governação para a concretização dos objetivos de desenvolvimento económico da Região, seja na promoção do setores relevantes da economia açoriana junto de investidores externos, seja no acompanhamento de visitas e estreitamento de laços com outras regiões e países, seja ainda na obtenção de projetos de natureza científica internacional que escolhem os Açores como sede para a investigação de natureza internacional, com repercussões também ao nível da capacitação de recursos humanos locais e dinamização económica

Assim, propomos:

- Assegurar um papel ativo no contexto das organizações de cooperação inter-regional, organizações internacionais e na construção das parcerias relevantes para a defesa dos interesses dos Açores.
- Garantir a participação regular e ativa da Região nas organizações de cooperação inter-regional europeias, com destaque para a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa, Assembleia das Regiões da Europa e Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, e a inscrição nos seus documentos estratégicos de posições relevantes dos Açores.
- Promover a participação da Região nas organizações, parcerias ou acordos internacionais, de base subnacional, que importem para a afirmação e defesa dos exemplos dos Açores em áreas como o Mar, Alterações Climáticas e outras;
- Manter uma relação próxima com os territórios com os quais a Região tem já estabelecidos protocolos de cooperação e relações político-institucionais próximas, nomeadamente ao nível da Macaronésia, com os Estados das costas leste e oeste dos Estados Unidos da América e do Brasil;
- Desenvolver os instrumentos de aproximação político-institucional a outros territórios e Estados que relevem para a afirmação internacional da Região e para a procura de sinergias em áreas de interesse estratégico da mesma.

- Instituir o Conselho Açoriano para a Internacionalização com o objetivo de agregar os sectores produtivos, organismos representativos e Administração Pública no planeamento e operacionalização das ações, com carácter anual, necessárias ao incremento da internacionalização da economia açoriana;
- Reforçar a aproximação às representações diplomáticas e organizações internacionais presentes em Portugal para a promoção da Região, sua economia, cultura e ciência;
- Promover a captação para a Região de projetos de natureza científica internacional em domínios como a oceanografia, climatologia, aeroespacial e outros;
- Reforçar a articulação com as Casas dos Açores e outras instituições da Diáspora açoriana em prol da promoção externa da Região e da captação de interesses para a mesma.

1.6.2. Afirmação na União Europeia

No caso Europeu e em particular da União Europeia, as Regiões constituem-se não apenas como uma unidade determinante para aferir do grau de desenvolvimento económico e social dos Estados Membros e da União como um todo, através de indicadores de coesão económica, social e territorial, mas também como principais destinatárias e, em muitos casos, responsáveis pela implementação de um conjunto cada vez mais significativo de políticas de grande impacto – como a Política de Coesão, Política Agrícola e

Desenvolvimento Rural, Política Ambiental, Ordenamento do território entre outras.

De resto são os próprios textos fundadores da União – os Tratados – que reconhecem esse papel central das regiões enquanto agentes da construção europeia, entre outras medidas, através da constituição do Comité das Regiões Europeu enquanto organismo de auscultação da sua opinião e de modelação das propostas legislativas saídas da Comissão Europeia e a aprovar entre o Parlamento e o Conselho.

Assim, propomos:

- Participar de forma ativa em todos os processos legislativos, tomadas de posição e decisões da União Europeia com incidência sobre a Região, com relevância para a Política de Coesão e Quadro Financeiro Plurianual, Política Agrícola Comum, Política Marítima Integrada e Política Comum das Pescas e defesa do Estatuto da Ultraperiferia, através da emissão de pareceres, participação nas consultas e esforços de influência junto da Comissão, Parlamento e Conselho;
- Reforçar a participação da Região no Comité das Regiões e suas Comissões em prol das posições regionais e no contexto das delegações nacionais envolvidas em processos de decisão ao nível europeu;
- Afirmar o Gabinete de Representação das Regiões Autónomas em Bruxelas como ponto central para a defesa das posições da Região junto das Instituições Europeias, acolhendo também a participação das instituições, organismos públicos e privados, associações e demais entidades da Região Autónoma dos Açores que assim o solicitem e

em articulação com a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia;

- Construir as alianças relevantes no contexto da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas Europeias, das relações com outras regiões portuguesas ou europeias para a defesa e reconhecimento das especificidades da ultraperiferia no conjunto da União Europeia.

1.6.3. Comunidades

Os Açores estendem-se para além das suas fronteiras territoriais através da sua diáspora, que representa os valores, a cultura e a alma açoriana. Por essa razão, a promoção da ligação com os emigrantes é essencial no desenvolvimento de uma política de cooperação externa que deve ser reforçada e dinamizada. Por outro lado, há também a perspetiva dos Açores como Região de acolhimento, em relação à qual a receção e integração dos imigrantes nos Açores é essencial para valorizar o contributo construtivo que estes podem dar à Região, abrindo ainda mais os Açores ao mundo.

A diversidade da presença Açoriana no mundo continua a ser acarinhada e acompanhada pela Região como um fator decisivo da sua afirmação externa, nomeadamente através de um conjunto alargado de apoios a organizações de diferente natureza, e o envolvimento, crescente e inovador, que tem sido procurado com as gerações mais novas de açor-descendentes o único garante da continuação dessa afirmação.

Assim, propomos:

- Garantir o apoio às Casas dos Açores e outras instituições representativas da diáspora Açoriana no Mundo enquanto agentes promotores da Região no exterior e de salvaguarda da história e cultura da açorianidade nos territórios de acolhimento;
- Intensificar o intercâmbio entre os Açores e as suas comunidades no domínio das artes e da cultura, quer através da itinerância de exposições, espetáculos ou outras formas de demonstração artístico-cultural, quer reconhecendo e valorizando os artistas açorianos açor-descendentes no estrangeiro;
- Envolver as instituições representativas da diáspora nas ações de lobbying político e de trabalho junto da sociedade civil e das instituições das comunidades de acolhimento com o objetivo de promover a integração dos emigrantes açorianos e o reconhecimento dos seus direitos, bem como a imagem e a projeção dos Açores e das suas comunidades no estrangeiro;
- Criar um programa de intercâmbio jovem entre os Açores e as suas comunidades, visando proporcionar-lhes experiências profissionais em território e instituições/ empresas regionais para jovens açorianos ou açor-descendentes e vice-versa;
- Fomentar o contacto e inter-relação entre os jovens da diáspora e a realidade regional atual, como forma de perpetuar a ligação aos Açores, mas também a ligação de projetos, programas ou iniciativas das Região com o exterior;

- Apoiar os imigrantes nos Açores, as suas Associações e atividades como forma de potenciar a integração na sociedade açoriana e o respeito pela multiculturalidade;
- Desenvolver programas de formação e divulgação com instituições direcionadas em particular aos jovens para combate do racismo, xenofobia e comportamentos discriminatórios.

1.6.4. Relação com os Estados Unidos da América

A relação dos Açores com os EUA tem já mais de dois séculos, e há mais de 60 anos que a presença militar e civil norte-americana na Base das Lajes, enquadrada no Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, potencia a afirmação Atlântica de Portugal e a sua relação bilateral com os EUA.

Essa estabilidade deveria ser valorizada pelos EUA, mas cabe ao Estado Português procurar junto daquele país, da NATO ou de outros parceiros internacionais relevantes promover o caráter único daquela infraestrutura e procurar outras utilizações militares e civis que permitam valorizar o seu potencial estratégico e, simultaneamente, contribuir do ponto de vista económico para o desenvolvimento futuro da Ilha Terceira.

À Região, a Constituição da República, mas também a orientação estratégica impressa pelos Governos do PS/Açores nesta matéria, cabe uma defesa intransigente dos seus interesses e objetivos em todas as matérias relacionadas com o Acordo de Cooperação e Defesa

entre Portugal e os EUA, bem como potenciar todas as oportunidades decorrentes da relação histórica e institucional entre a Região, os Estados Americanos e os EUA.

Assim, propomos:

- Participar direta e ativamente em todos os processos de revisão estratégica sobre as capacidades, utilizações e funções futuras da Base das Lajes, no quadro da relação bilateral entre Portugal e os EUA ou junto de outras partes interessadas;
- Defender a estabilidade, – e o seu eventual crescimento em função de eventuais novas valências –, do efetivo laboral português ao serviço da Força Aérea dos EUA na Base das Lajes, enquanto pilar fundamental da relação político-institucional e diplomática entre Portugal e os EUA e entre a Região e os EUA;
- Aproveitar todo o potencial de cooperação com os EUA para dinamizar novas iniciativas científicas, empresarias e culturais que promovam a economia da Ilha e a geração de emprego jovem;
- Mobilizar verbas para a cooperação específica com os Açores no quadro do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA e na relação com a Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento, diversificando os projetos e o seu alinhamento com as prioridades de desenvolvimento atual dos Açores;
- Garantir o aprofundamento pelos EUA dos processos de limpeza, descontaminação e reparação ambiental na Ilha Terceira resultantes da utilização continuada de infraestruturas na Base das Lajes.

II – MAIS RENDIMENTOS, MAIS DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL UMA REGIÃO DE BEM ESTAR

Nos próximos anos temos o desafio de reforçar o desenvolvimento de políticas que promovam o rejuvenescimento populacional, reforcem a solidariedade e colaboração intergeracional, reduzam a desigualdade, promovam uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos, que atraiam e fixem as pessoas em todas as nossas ilhas, concelhos e freguesias.

O PS/Açores assume-se como pioneiro no desenvolvimento de políticas sociais que combatem assimetrias e asseguram que ninguém fica para trás.

É neste contexto, seguros de que esta é uma batalha constante, que reforçaremos a nossa ação com a definição de um conjunto de políticas públicas que conjuguem o **Emprego digno com uma Região de Bem-Estar**, assente no combate à exclusão, de auxílio aos mais carenciados, de fomento à natalidade, ao equilíbrio entre a vida

familiar e profissional, ao envelhecimento ativo e à solidariedade intergeracional, bem como na implementação de políticas e práticas de promoção de hábitos de vida saudável.

Desenvolveremos uma **Agenda para a Valorização do Capital Humano (AVCH)**.

No âmbito da AVCH procederemos ao desenvolvimento de uma estratégia de reforço da valorização do indivíduo.

Pretende-se assim valorizar e estimular o desenvolvimento de novas competências de uma forma transversal a toda a sociedade, em que todos possam participar e contribuir para tal.

Assim, implementaremos a **Rede Regional de Valorização Intergeracional**, esta rede para além de fomentar a solidariedade intergeracional, onde possibilitará o convívio entre os mais jovens e os mais idosos, possibilitará simultaneamente o desenvolvimento de níveis de aprendizagem e de valorização complementares ao ensino regular.

Nesse sentido, com o objetivo de capacitar os mais jovens, será dado o apoio necessário nas disciplinas que apresentem maior défice de aprendizagem, assim como, serão desenvolvidas novas competências em áreas como as artes, o desporto e as novas tecnologias.

Num mercado laboral cada vez mais competitivo e em que surgem novas abordagens e novas oportunidades, torna-se essencial qualificar os recursos humanos, fomentar o empreendedorismo e dar

acesso a novas ferramentas essenciais para a criação de emprego de qualidade.

Simultaneamente com o desenvolvimento de uma verdadeira política de estímulo para que cada cidadão invista em si próprio, como base para criar e ter acesso a emprego de qualidade, procederemos a uma reorganização da oferta formativa, privilegiando a formação específica e de proximidade, tendo como objetivo capacitar os cidadãos para projetos empresariais locais, alinhados com os setores e atividades identificados para cada ilha ou grupos de ilhas no âmbito da **Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores**.

Desenvolveremos uma estratégia de proximidade visando uma maior flexibilidade laboral, fomentando o teletrabalho e o trabalho de proximidade, nomeadamente através da descentralização e co-localização de serviços públicos, que possibilitem um maior acompanhamento familiar quer a crianças, quer a idosos por parte da população ativa.

Implementaremos um programa de fixação de jovens, um programa que inclui apoio ao arrendamento e à aquisição de casa própria, com diferente intensidade consoante os níveis de desertificação das áreas de residência.

Desenvolveremos igualmente uma rede de equipamentos e serviços de proximidade, essenciais para o desenvolvimento das sociedades modernas. Pretende-se assim, com recurso à tecnologia e à maximização dos recursos existentes, possibilitar que cada Açoriano

possa ter acesso ao mesmo nível de serviço, vivendo num centro urbano ou num espaço rural mais distante.

Queremos os Açores de todos e para todos.

O grau de desenvolvimento de uma sociedade mede-se também pela capacidade que esta tem, a cada momento, para ajudar aqueles que, pelas mais diversas circunstâncias, se encontram numa situação mais desfavorecida.

Atentos às novas realidades e colocando o desenvolvimento tecnológico ao serviço das pessoas, implementaremos um **Sistema Colaborativo de Respostas Sociais**. Um sistema integrador, com reforço da oferta pública, que convida todos a participar, nomeadamente autarquias, instituições particulares de solidariedade social, empresas e cidadãos, que responda de forma pronta, com base na agregação da oferta pública e privada.

Pretende-se assim, uma otimização de recursos e uma maior qualidade e eficiência na resposta. Neste sentido procederemos a uma profunda reforma, desmaterializando processos e assegurando uma resposta única e integrada em cada uma das freguesias da nossa Região, num único local de atendimento.

A criação de valor para uma sociedade é obtida através da colaboração e participação de todas as gerações.

No âmbito do Sistema Colaborativo de Respostas Sociais, desenvolveremos um Guia de Recursos para a área da deficiência,

com o objetivo de compilar e sistematizar a informação sobre recursos e serviços disponíveis para apoio aos deficientes e suas famílias, possibilitando assim um acesso mais adequado às necessidades individuais.

2.1. A Economia ao Serviço das Pessoas

Nos últimos anos temos assistido a uma degradação de vários indicadores sociais, apesar do crescimento económico verificado. Esta situação ocorre devido à falta de articulação das políticas públicas entre as diversas áreas sectoriais.

O crescimento económico só serve as pessoas quando se traduz numa melhoria generalizada da qualidade de vida, na diminuição das disparidades e no aumento da coesão.

As características e dimensão do nosso mercado interno, bem como o acesso aos mercados externos lançam-nos desafios permanentes. É assim fundamental, desenvolver um modelo de desenvolvimento económico, assente nos princípios da sustentabilidade e da complementaridade da oferta competitiva e diferenciadora que cada ilha, ou grupo de ilhas, possui.

A especialização estratégica de cada ilha ou grupo de ilhas, que assenta num conceito de Eficiência Competitiva, assume-se assim como um fator essencial na criação de riqueza, no incremento da competitividade e na criação de emprego.

O PS/Açores assume o compromisso de desenvolvimento de uma Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores com vista ao reforço da coesão.

No âmbito da Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores, interessa mapear os recursos específicos de cada ilha, nomeadamente naturais, económicos e culturais, com vista a identificar os principais aspetos diferenciadores de uma estratégia individualizada de desenvolvimento sustentado que será contratualizada em Pactos de Desenvolvimento Territorial e Local.

Procederemos à identificação dos sectores e/ou atividades em que cada ilha, ou grupo de ilhas, se assumam como diferenciadoras, com vista ao incremento de valor nas atividades e produtos existentes, bem como no surgimento de novas áreas de atividade e desenvolvimento de novos produtos de elevado valor.

Como fator diferenciador e agregador de valor na definição de novos produtos/atividades, fomentaremos o aproveitamento dos nossos recursos endógenos, com respeito pelo nosso passado, ancorados nos padrões de especialização existentes.

Reforçaremos a aposta na qualidade, na diferenciação, na customização, na inovação, na transferência de conhecimento, no fomento da criatividade e na cultura.

Implementaremos um ambicioso programa de modernização e especialização do nosso tecido empresarial, promovendo a

aceleração da transformação digital, e a consequente incorporação de serviços na produção, na comercialização, logística e consumo, ou seja, fomentaremos uma verdadeira Indústria 4.0, transversal a todos os sectores, focada nas exigências e tendências do mercado.

Atentos às novas tendências dos mercados, à necessidade de responder a essas mesmas tendências, iremos fomentar o desenvolvimento de uma economia colaborativa, em que os autores económicos regionais, associem os seus serviços e produtos, criando cadeias de valor e tornando-os mais apetecíveis junto dos potenciais consumidores.

O PS/Açores assume-se como um partido reformador, respeitador do indivíduo e do meio ambiente. Preservar os recursos existentes, mais do que um dever, é uma obrigação e um legado que deixaremos para a gerações vindouras.

Nesse sentido, iremos fomentar a economia circular, para incrementar a eficiência na utilização de matérias-primas e reduzir a produção de resíduos. Torna-se assim essencial promover, junto de todas as cadeias de produção uma visão integral do processo produtivo, que tenha a reutilização, o incremento do ciclo de vida dos produtos e o aproveitamento de subprodutos, no centro do desenvolvimento do modelo de negócio.

Temos um legado que fala por nós, em 1996 assumimos como desígnio transformar a incipiente atividade turística existente à época, num

setor de atividade com a importância que hoje é reconhecida de forma transversal na sociedade açoriana.

Temos esse legado, mas não nos acomodamos, queremos sempre mais e melhor para a nossa terra.

A diversificação da economia é o cimento que necessitamos para fortalecer a resiliência e a competitividade presente e futura da nossa Região.

Os Açores têm potencial já reconhecido em setores como serviços tecnológicos, energias renováveis, espaço, biotecnologia marinha, serviços relacionados com o clima e investigação científica.

Temos a ambição e a determinação de potenciar o desenvolvimento destas e outras áreas de atividade que contribuam para gerar mais riqueza, mais rendimento e conseqüentemente contribuam para que os Açorianos possam ter melhores salários.

Torna-se assim necessário alavancar estes novos setores de atividade que conciliem as nossas características únicas e a sustentabilidade do território com a tecnologia, a descarbonização e o mar.

Queremos transformar os Açores num verdadeiro “ecossistema de inovação sustentável”.

Para tal, é essencial uma forte aposta no desenvolvimento do conhecimento e na sua transferência para as empresas. Ao mesmo tempo, o investimento e o orçamento público devem apoiar o

crescimento económico, de forma criteriosa e focada, em vez de serem um fator de paralisia e atraso.

Assim, propomos as seguintes medidas:

- Desenvolver a Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores, mapeando os recursos específicos de cada ilha, nomeadamente naturais, económicos e culturais, com vista a identificar os principais aspetos diferenciadores de uma estratégia individualizada de desenvolvimento sustentado
- Estabelecer Pactos de Desenvolvimento Territorial e Local, em cada uma das ilhas, que contemple uma visão de desenvolvimento sustentável e integrado dos territórios, envolvendo os vários protagonistas com responsabilidade e atividade local;
- Fortalecer a Universidade dos Açores, quer através do apoio à tripolaridade, quer através de incentivos à ligação com setores e entidades da economia privada;
- Implementar um programa de aceleração da digitalização de empresas açorianas;
- Dinamizar a criação de uma Ponte Atlântica de Ensino e Investigação, entre instituições Açorianas, Europeias e Americanas, promovendo o intercâmbio e fomentando a cooperação entre elas, numa perspetiva de desenvolvimento
- Captar universidades de referência para a Região, quer em parceria com a nossa universidade, quer de forma autónoma.

- Potenciar o desenvolvimento de laboratórios, à escala real, para testar novas soluções tecnológicas.
- Definir uma Política Regional de Captação de Investimento Externo, potenciando as relações institucionais e empresariais;
- Desenvolver o manual para o investimento que potencie o desenvolvimento económico sustentado, que conjugue sistemas de incentivo com um código fiscal para o investimento, desenvolvido de acordo com a especialização estratégica de cada ilha ou grupo de ilhas, com a criação de emprego, com a incorporação de valor, com os princípios da economia colaborativa e da economia circular
- Criar as condições necessárias para atrair e fixar novas empresas na Região, nomeadamente ao nível do fornecimento de *utilities*.
- Implementar o Balcão do Investidor, um espaço de informação, de aconselhamento e de tratamento de todas as questões associadas ao ciclo de negócio de uma empresa (abertura, licenciamentos, apoios...).
- Apostar na produção e armazenamento de energia verde, com o reforço da aposta no desenvolvimento de novas tecnologias nomeadamente associadas à geotermia e ao hidrogénio verde.
- Fomentar a implementação de centros de dados e de serviços partilhados transatlânticos.
- Reforço dos instrumentos e dos incentivos para a aquisição de bens e serviços a empresas regionais com a Marca Açores;

- Na vertente das exportações, apoio às empresas, com linhas de apoio próprias que, para além de prestar assessoria no que concerne à valorização dos seus produtos e serviços deverá concretizar-se em campanhas de marketing com o intuito de promover o posicionamento desses bens e serviços no mercado interno e externo.
- Apoio à diversificação económica, para produção de novos bens e serviços e a prospeção de novos e diferentes mercados em particular, na agricultura, economia do mar, cultura e da ciência e tecnologia.

2.2. Emprego e Qualificação – Valorização do Trabalho e dos Rendimentos

Os açorianos ambicionam, com justiça, ter um trabalho mais valorizado, uma maior segurança no emprego e uma maior empregabilidade, em particular decorrente de uma mais intensa e mais pertinente qualificação, respondendo, assim, ao mesmo tempo às necessidades de competências nas empresas e às condições para a criação de mais riqueza e bem-estar pessoal e familiar.

É imperioso não deixar ninguém para trás, promovendo intensamente o sucesso de vida dos açorianos, também como agentes da criação de riqueza dos Açores e implementando medidas em todas as ilhas para que cada açoriana e cada açoriano possa ter as condições necessárias para conduzir com sucesso sua vida profissional.

O PS/Açores visa, assim, nas políticas de emprego e formação profissional, introduzir alterações que contribuam, simultaneamente, para a redução do insucesso e abandono escolar, da pobreza, do desemprego e da precariedade laboral, bem como para uma melhoria transversal dos rendimentos.

Toda esta reorientação estratégica levará a um leque de intervenções que pretendem ter como consequências diretas um aumento de jovens qualificados, que ficam, de facto, na Região e uma diminuição de jovens em situação de insucesso escolar ou de abandono precoce da escola; um recuo da desertificação de algumas ilhas, já que a ação que o PS/Açores propõe para além de centrar-se na resposta às pessoas, centrar-se, igualmente, nas respostas para o emprego e qualificação profissional em todas as ilhas; uma diminuição da pobreza que recuará, em parte, pela maior valorização profissional e pelo aumento do número de ativos, em particular nos jovens, conjugado com o incremento de uma maior distribuição de riqueza pelo trabalho.

Para além de uma estratégia e de medidas que visem o fomento da atividade económica com repercussões evidentes no emprego, uma ação junto das pessoas e das empresas açorianas procurará, pois, dotar as pessoas de competências para a empregabilidade, dotar as empresas de recursos humanos apetrechados para funcionarem com

excelência e dotar os Açores de competências necessárias ao seu desenvolvimento social e económico.

Neste âmbito, propomos:

- Estabelecer, com os parceiros sociais, a Agenda para a Valorização do Capital Humano (AVCH) para a valorização do trabalho e das profissões, assente no aumento da produtividade, da riqueza criada, dos rendimentos e das competências adquiridas pelos trabalhadores;
- Intensificar o combate às baixas qualificações e, de arrasto, ao abandono escolar precoce, à pobreza e a distribuição da criação de riqueza, pelo trabalho;
- Incentivar a atratividade de inativos para o mundo do trabalho que, potencialmente, estejam disponíveis para trabalhar, através da qualificação e formação;
- Reorientar as estratégias de valorização do trabalho e das profissões, essenciais para reduzir fortemente a pobreza, o desinteresse pelo trabalho, a falta de mão de obra qualificada, introduzindo um espírito de cidadania empresarial e de responsabilidade social das empresas e um maior reconhecimento das profissões;
- Desenvolver as medidas necessárias para que nenhum desempregado fique mais de 100 dias sem resposta e encaminhamento;

2.3. Formação Profissional – Servir as Empresas e o projeto de vida das pessoas

Mais de cinco mil empresas açorianas encontram-se, consciente ou inconscientemente, em plena mutação, necessitando, consciente ou inconscientemente também, ora de novas competências ora de reconverter ou aprofundar as competências existentes dos seus trabalhadores.

Neste sentido, entre 100.000 e 120.000 açorianas e açorianos serão envolvidos, ao longo dos próximos anos, na orientação profissional e no acompanhamento de um projeto profissional ou na frequência de dispositivos de transição para a vida ativa ou ainda em ações de formação profissional inicial ou de reconversão de competências.

O PS/Açores nas suas políticas de qualificação profissional e emprego tem a ambição de servir, de uma maneira ou de outra, estas 100.000 a 120.000 açorianas e açorianos. Esta ação articulada, pensada, planeada, com financiamento comunitário e regional, traz uma visão: a de dotar os açorianos de competências para o mundo do trabalho, de hoje e de amanhã, a de dotar as empresas de competências que lhes permitem funcionar com excelência e a de dotar os Açores de condições em Recursos Humanos para a criação de riqueza.

Isto visa resolver as necessidades evidentes do tecido empresarial – em termos de mão de obra e de competências –, mas igualmente na antecipação das necessidades em competências futuras, necessárias ao bom funcionamento da economia.

Assim, propomos:

- Elaboração do Plano Regional de Emprego, em parceria com o Conselho Económico e Social dos Açores, para vigorar durante os anos da legislatura, com mecanismos de avaliação periódica e respetiva adaptação;
- Criação de instrumentos de Orientação e Acompanhamento de jovens no seu projeto profissional, em particular o mapeamento de Competências e a elaboração de um *Futurum Vitae* para alunos do ensino secundário e profissional, jovens inativos ou que se encontrem inscritos nos Serviços Públicos de Emprego;
- Sistema articulado de sinalização precoce, sistemática e acompanhamento de jovens NEET;
- Criação da figura do tutor de Emprego nos Serviços Públicos de Emprego e desenvolvimento de Projetos Individuais de Emprego para desempregados de longa duração e inativos;
- Balanço de Competências para desempregados, trabalhadores e inativos enquanto mecanismo de radiografia das competências estabelecidas na Região;
- Estabelecimento de parcerias com instituições de ensino superior, desde logo, a Universidade dos Açores, para a implementação de cursos superiores pertinentes para o tecido empresarial açoriano, a criação de cursos de pós-graduação e ações de formação de curta duração;

- Desenvolvimento de cursos de Formação Profissional inicial, com ou sem equivalência escolar;
- Desenvolvimento de formação profissional em alternância, a desenrolar-se entre o mundo empresarial e o mundo escolar, com ou sem equivalência escolar;
- Potenciação dos dispositivos de transição para a vida ativa, tais como Planos de estágio pós-licenciatura ou pós formação, a nível regional e a nível europeu (Eurodisseia, Erasmus, em cooperação com a Universidade dos Açores e outras Universidades nacionais e europeias);
- Apoio a dispositivos de valorização das Profissões, em particular através de Campeonatos Regionais, nacionais e internacionais das profissões;
- Instituição do Prémio de Responsabilidade Social das Empresas;
- Desenvolvimento de formação de ativos, interempresas e intraempresas, assim como de cursos de atualização de pessoal qualificado e de reconversão profissional.

2.4. Educação – Melhor Sistema Educativo Regional

Na educação o Partido Socialista apresenta-se com a capacidade e humildade para promover as ruturas que sejam necessárias, visando sempre o bem maior: o sucesso do percurso escolar dos nossos jovens. Precisamos, por isso, de promover alterações ao que ainda está por nós legislado, há mais de 5 ou 10 anos, no que ao nosso sistema educativo

regional diz respeito, seja na sua vertente pedagógica, com os alunos e a comunidade educativa no centro das políticas de educação nos Açores, seja na sua vertente organizativa, e no papel que cabe ao corpo docente e não docente na Escola do Séc. XXI.

Falamos, em primeira linha, do Estatuto do Aluno e da legislação que regulamenta as Matrizes Curriculares, que precisam ser revisitados para que os seus direitos e deveres sejam atualizados, com documentos e realidades mais precisas, e a capacidade de acolher muitas das sugestões emanadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nas suas várias recomendações e pareceres, nomeadamente as de 2021 sobre “A escola no pós-pandemia: desafios e estratégias” e “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar” ou, ainda, “Perspetivar o Ensino Profissional”, ensino profissional onde o PS/Açores sempre foi a candeia que alumiu na frente.

Em todas as recomendações do CNE há uma convicção transversal que partilhamos: dar voz aos alunos, ou seja, as recomendações vão todas no sentido de se envolverem cada vez mais e considerarem as opiniões dos alunos, torná-los participantes ativos do seu processo de construção educativo.

Precisamos igualmente de rever as matrizes curriculares do ensino básico, de apostar no incremento da educação artística e da educação física, considerando que a educação pelas expressões, nas suas múltiplas formas, são metodologias reconhecidas, há muito, pela Organização das Nações Unidas, como uma forma eficaz de inclusão social, contribuindo deste modo para uma maior coesão social.

Falamos, também, da imperiosa necessidade de se revisitar e alterar documentos estruturantes para o futuro e organização da Escola do Séc. XXI, como o Estatuto da Carreira Docente dos Açores e o Regime Jurídico da Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do nosso Sistema Educativo Regional.

É do conhecimento geral a manifesta falta de docentes, em alguns grupos disciplinares mais do que outros, no país e também na Região. É urgente repensar aspetos da carreira para valorizá-la e torná-la mais atrativa para novos docentes e mais motivadora para os que constituem a esmagadora maioria do pessoal docente.

Ou seja, é tão importante manter o que nos diferencia como melhorarmos o que temos.

Assim propomos:

- Regulamentar, no âmbito do Estatuto da Carreira Docente, as medidas e incentivos relativos à fixação de professores, de modo a que os quadros de escola possam ter maior estabilidade, contribuindo de forma decisiva para o acesso, em condições de igualdade, a uma educação e ensino de sucesso. Esta é uma matéria que deve ser urgentemente debatida com todos os representantes do setor, nomeadamente quanto a critérios de aplicação desses incentivos, tendo em conta pressupostos como a definição e avaliação das necessidades de estabilização do corpo docente nas ilhas, unidades

orgânicas ou áreas de ensino onde há maior dificuldade em fixar e captar docentes;

- Continuar a trabalhar na melhoria e valorização da carreira, em articulação com as estruturas representativas, procurando um justo equilíbrio entre os recursos financeiros que não são infinitos e as necessidades de recrutamento para a carreira docente que o atual contexto exige;

- Continuar a trabalhar com as estruturas sindicais de modo a definir um calendário em que os docentes atualmente colocados em quadro de ilha, possam integrar quadros de escola, e que os docentes contratados com mais de 3 anos de serviço consecutivo, suprimindo necessidades permanentes, na mesma unidade orgânica, possam passar a integrar quadro dessa escola;

- Implementar a progressão na carreira para docentes contratados e com serviço prestado na Região Autónoma dos Açores;

- A componente não letiva, de cumprimento obrigatório na escola, deve ser reduzida em relação ao que é atualmente e deixar claro que as mesmas não são para acompanhar alunos em situação de sala de aula quer em apoio individual ou apoio a outros docentes, devendo ser potenciadas nas atividades de enriquecimento curricular, nomeadamente em clubes temáticos;

- A par das reduções letivas, que resultam da idade, devem as mesmas ser refletidas nas não letivas;

- Criar um regime de exclusividade – opcional – que diferencie positivamente, com gratificação ou redução de componente letiva,

quem por ele optar e paralelamente retirar a limitação do regime de acumulação de 6h/semana até à idade em que o docente começa a ter reduções letivas;

- Equiparar os tempos letivos usados em saídas com alunos, no âmbito de projetos de cariz nacional ou internacional, como tempos de serviço efetivo, dispensando os docentes que impulsionam estes projetos de reposição de aulas antes ou depois das saídas.

É urgente voltar a colocar no centro da ação governativa em matéria de educação a promoção de um sistema público de educação que ambiciona a excelência e que oferece a todas as crianças e jovens reais oportunidades de realizarem aprendizagens de qualidade e de desenvolverem competências que as preparem para o seu percurso de vida.

O Governo da Coligação PSD/CDS-PP/PPM desvalorizou o Programa de Promoção do Sucesso Escolar que estava em curso, com resultados muito positivos.

A título de exemplo, desde 2011 que na Região se verificava uma tendência decrescente da Taxa de Abandono Escolar Precoce de Educação e formação, com algumas oscilações anuais. De 2020 para 2021, houve uma redução de 27,1% para 24,1%, mas em 2022 subiu de novo para 26,1%, apresentando uma forte degradação em relação ao ano anterior.

É, assim, necessário implementar uma forte agenda política na área da educação, nas suas diversas vertentes, reforçando o apoio à

aprendizagem do aluno, as condições de trabalho dos professores e apetrechar as escolas dos funcionários não docentes necessários, tão importantes para o bom funcionamento do sistema educativo regional.

Propomos, assim várias medidas nas diversas vertentes educativas:

- Promover a formação das lideranças escolares em todas as áreas da sua intervenção: pedagógica, administrativa, financeira, recursos humanos;
- Promover a formação científica e pedagógica, em particular nas didáticas específicas, na introdução eficaz dos recursos digitais e outras ferramentas promotoras da inovação e de uma aprendizagem mais ativa e autónoma por parte dos alunos;
- Apostar na formação dos professores tutores, para combater as desigualdades com formação específica;
- Apoiar as escolas que o solicitem na formação dos seus docentes nas áreas que considerem mais necessárias e que não estão a ser cobertas pelas formações atualmente disponibilizadas;
- Constituir uma bolsa de formadores regional que atuem como dinamizadores de formação entendida como relevante para as práticas didáticas e avaliativas;
- Rever a distribuição dos assistentes operacionais e técnicos, assegurando uma atribuição não só compatível com as necessidades das escolas, como também atempada, evitando-se problemas recorrentes no início do ano letivo;

- Promover formação para assistentes operacionais e técnicos, apoiando-os nos desafios que hoje se colocam em todos os espaços da escola e na presença de alunos com características específicas;
- Discutir e definir com as escolas um plano de melhoria das aprendizagens dos alunos e de combate ao abandono escolar precoce, dando autonomia, mas exigindo responsabilidade;
- Combater as taxas de abandono precoce da educação e formação através de uma ação dupla: uma na prevenção, garantindo que a esmagadora maioria dos alunos concluem a sua escolaridade em 18 anos, e outra na remediação, formando quem saiu do sistema de ensino sem o 12.º ano;
- Priorizar a qualidade da educação pré-escolar, enquanto preditor de sucesso educativo e instrumento poderoso no atenuar das desigualdades sociais;
- Estabelecer os 1.º e 2.º ciclos como prioritários na garantia de apoio aos alunos com mais dificuldades;
- Manter respostas que se mostram eficazes, como as medidas na promoção da leitura, mas não descurando a aposta na Matemática e na aprendizagem do Inglês;
- Atribuir um número de horas de apoio a cada escola, de gestão autónoma, consoante o número de alunos e os seus percursos, as taxas de sucesso e abandono;
- Retomar o Programa Ler Açores e uma verdadeira política pública de promoção da Leitura junto de toda a população açoriana;

- Implementar um plano de melhoria e manutenção dos edifícios escolares, que inclua as componentes de equipamentos, acesso à internet e transição digitalização e ecológica;
- Desenvolver, com as autarquias, planos concelhios de incentivo à conclusão da escolaridade obrigatória;
- Articular de forma concreta e consequente Educação / Ação Social / Autarquias no combate ao insucesso, ao absentismo e ao abandono escolar precoce;
- Incluir ou afetar, em articulação com o Instituto de Ação Social dos Açores, assistentes sociais aos quadros das escolas mais relevantes, apoiando os diretores de turma nas intervenções necessárias de âmbito social;
- Apostar na continuidade e expansão dos Mediadores EPIS nas escolas com mais casos de insucesso e/ou indisciplina.

2.5. Cultura

Na última década, assistimos, nos Açores, a muitas transformações realizadas no sector cultural e criativo.

O surgimento de novas entidades pautou-se por uma vitalidade crescente na multiplicidade de atividades, e de iniciativas, em várias ilhas, renovando o sector associativo, na abordagem a novas formas artísticas e o desejo de jovens com formação específica (e superior) em querer fixar-se na Região e desenvolver o seu trabalho a partir daqui e de, simultaneamente, trazer o "mundo" aos Açores.

Em 2018, a abertura dos apoios nacionais aos agentes culturais açorianos, fez com que o caminho de profissionalização se fizesse com outro fulgor, repondo a equidade e justiça no acesso às mesmas condições e oportunidades do que os restantes profissionais em território nacional.

Este caminho de modernidade não retira responsabilidade às instituições públicas regionais, bem pelo contrário, implica-as, sobremaneira, agindo em complementaridade com o financiamento externo, sem excluir ninguém, por forma a dar a melhor resposta às exigências e ambições do tecido criativo e de um público mais informado, heterogéneo e internacional.

Além disso, os Açores são uma Região com fortes dinâmicas culturais populares, enraizadas em séculos de história e de histórias, que nos diferenciam culturalmente de qualquer outra parte do mundo. A dita cultura popular e a sua evolução e dinamismo confundem-se com a história dos Açores. As nossas Sociedades Filarmónicas, os Grupos Folclóricos, os Grupos Etnográficos ou manifestações culturais ímpares como as Festas em Louvor do Divino Espírito Santo, o Carnaval da Ilha Terceira ou as Festividades tradicionais de cada uma das Freguesias dos Açores merecem atenção, promoção e valorização por parte das entidades públicas.

A coligação PSD/CDS-PP/PPM desprezou o setor, reduziu apoios e mostrou-se incapaz de cumprir compromissos assumidos.

É necessário preparar o futuro sem omitir o passado, no equilíbrio entre a riqueza identitária que nos une, e diferencia, e a contemporaneidade que habita o presente, conscientes das assimetrias e as idiosincrasias de um território geograficamente disperso. O qual não se constitui como uma fatalidade, mas como um desafio permanente (e muito exigente) a que temos de saber dar resposta.

De igual modo, para além da obrigatoriedade de salvaguarda de edifícios e sítios de grande importância histórica, importa cuidar a melhoria da fruição pública do património e aumentar a oferta cultural espalhada pela Região.

O património não pode ser tratado como arquivo morto. A Cultura é preservação e, simultaneamente, criação, é constituído por esta relação dinâmica, e no usufruto com o passado é que podemos construir coisas novas.

Daí que o investimento na Cultura, nos Açores, seja crucial para promover a coesão, combatendo as desigualdades sociais e regionais.

A Cultura - incluindo os museus e os palácios regionais - permite diferenciar o território e tem um papel decisivo na qualificação da oferta turística. A vida cultural das diversas ilhas da Região, incluindo o património, é um dos principais impulsos que levam as pessoas - tanto residentes, como nacionais ou estrangeiros - a querer conhecer o(s) lugar(es).

A Cultura é, pois, merecedora de um novo olhar e de uma nova perspetiva, após três anos de abandono, por parte do Governo Regional do PSD/CDS-PP/PPM, onde se considere a sua interação com outras áreas de vivência em comunidade, como é o caso da educação, como é o caso da intervenção social, fazendo e afirmando-se cada vez mais não como um compartimento da ação pública, mas como um vetor transversal a várias áreas da intervenção pública, com o objetivo final de contribuir e de ser instrumento e ferramenta para o desenvolvimento e o progresso das nossas comunidades.

Neste âmbito, propomos:

- Alteração orgânica, funcional e de posicionamento face aos desafios contemporâneos, dotando-a dos recursos para gerir equipamentos e cumprir com os desígnios relativos à salvaguarda patrimonial, face a novos públicos, mais instruídos e exigentes, às novas tecnologias e ao modo como acedemos, e nos relacionamos, com os conteúdos culturais e artísticos, sem descuidar o nosso lugar num mundo global e as idiosincrasias do território que habitamos;
- Reformar, em diálogo com os agentes do setor, a legislação em vigor,
- desde logo, o Regime Jurídico de Apoio a Atividades Culturais -, relativa a todos os apoios e prémios, com intuito de acompanhar a evolução do sector cultural e criativo no arquipélago, diferenciando as estruturas profissionais, ou com perfil tendencialmente profissionalizante, e as outras entidades e instituições, destrinchando a criação artística dos eventos comerciais e de animação turística, cujo

apoio deverá transitar para a tutela do Turismo e da promoção externa da Região;

- Definir, em conjunto com as Filarmónicas dos Açores, o melhor modelo de financiamento para as suas atividades e apetrechamento;
- Trabalhar num programa articulado entre organismos tutelados, constituído por linhas estratégicas discutidas e sistematizadas atempadamente, promovendo a partilha de conteúdos e o trabalho em rede;
- Conceber uma rede (in)formal (com os municípios e instituições privadas) que promova a circulação interna de artistas e projetos regionais, não descurando o posicionamento externo da Região com recurso a parcerias/intercâmbios (local, nacional e internacional), programas de financiamento complementar (local, nacional e comunitário) e mecenato;
- Rever toda a política de acessibilidades aos espaços públicos, por forma a promover a coesão e reduzir as assimetrias no território, a começar por decretar a entrada gratuita nos museus (e organismos sob a tutela da Região onde tal seja aplicável), para todos os residentes nos Açores, aos sábados, domingos e feriados;
- Aumentar e melhorar as dinâmicas de fruição, participação e criação artísticas no território, por forma a ultrapassarmos o facto dos Açores serem classificados como uma das regiões com “baixa densidade de atividade artística”, identificado pelo Observatório Português das Atividades Culturais (OPAC), no âmbito da elaboração do Atlas Artístico e Cultural de Portugal.

2.6. Comunicação Social

Os governos do PS/Açores foram pioneiros na regulamentação de programas de apoio à Comunicação Social privada nos Açores, assentes na transparência, justiça e equidade de tratamento.

A crise que afeta o modelo empresarial que suporta a existência de uma imprensa livre e capaz de desempenhar a sua função é matéria que deve preocupar todos os democratas e todos aqueles que, como o PS/Açores, valorizam o papel de uma comunicação social forte e independente e com meios suficientes.

Por isso o PS/Açores:

- Promoverá em articulação com os partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e com as empresas e instituições do sector uma reflexão sobre um novo modelo de apoio à atividade da Comunicação Social Privada na Região que valorize o seu papel social, o serviço público que prestam, continue a apoiar a difusão e atividade, combata a apropriação digital e estimule o consumo pelos mais jovens.
- Criação do Voucher Jornal, que consiste, numa primeira fase, num apoio direto a associações e coletividades açorianas para a assinatura do órgão de comunicação social escrita dos Açores à sua escolha.

2.7. Um Serviço Regional de Saúde mais forte e mais robusto

O Serviço Regional de Saúde é um dos mais importantes pilares da nossa Autonomia Democrática. Ao longo de vários anos conseguimos uma evolução significativa nas condições que o serviço público de saúde regional garante a todas e todos os açorianos. Melhores infraestruturas, melhores equipamentos e mais e melhor qualificados recursos humanos foram sempre uma prioridade para os modelos de governação do Partido Socialista nos Açores.

Temos, por isso, de ter a capacidade de prosseguir esse caminho, reforçando o trabalho do PS/Açores para termos um Serviço Regional de Saúde mais forte, mais robusto e melhor capacitado, capaz de melhor servir os açorianos.

Assim, propomos:

- Assegurar o reforço do financiamento do Serviço Regional de Saúde que garanta a prestação de cuidados de saúde de qualidade a todos os açorianos, reduzindo substancialmente o prazo médio de pagamentos a fornecedores no Serviço Regional de Saúde, promovendo a eficácia e eficiência da aplicação dos recursos e garantindo resultados operacionais equilibrados nos hospitais e unidades de saúde da Região;

- Elaborar, em articulação com os parceiros do sector, um novo Plano Regional de Saúde, no prazo máximo de seis meses, após a aprovação do Programa do Governo;
- Elaborar o levantamento das necessidades de recursos humanos no serviço regional de saúde, no prazo máximo de seis meses, após a tomada de posse do Governo, de forma a constituir o documento central de definição de prioridades na política de formação, captação e fixação de recursos humanos para o Serviço Regional de Saúde;
- Promover no seio do Conselho Regional de Saúde uma reflexão sobre a revisão do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, propondo uma reestruturação do mesmo, atendendo às especificidades dos Açores, às novas realidades e desafios da saúde, evidências científicas e progressos tecnológicos, bem como às últimas revisões do Serviço Nacional de Saúde, ao qual o SRS está naturalmente interligado;
- Avaliar a existência de carreiras com condições e tabelas remuneratórias específicas, que permitam estabelecer uma diferenciação em relação ao Serviço Nacional de Saúde, nas áreas com dificuldade de recrutamento e captação de recursos humanos especializados, introduzindo mecanismos de negociação que promovam e facilitem a fixação de profissionais de saúde nos Açores;
- Alargar a implementação dos Núcleos de Saúde Familiar nas freguesias, dotando dos recursos humanos e materiais necessários, permitindo que os utentes possam ter o seu acompanhamento de proximidade na sua freguesia, evitando grandes deslocações para os

centros urbanos, congestionamento das Unidades de Saúde, facilitando o acesso aos cuidados primários de saúde;

- Garantir as condições para o recrutamento de médicos de família que abranjam todos os açorianos;
- Redução da lista de espera cirúrgica, de exames complementares de diagnóstico e de consultas, recorrendo a programas produção adicional nos próprios hospitais ou centros de saúde, quer com o corpo clínico existente, quer através de prestadores externos e/ou convenções com privados;
- Implementar o rastreio do cancro do pulmão e otimizar os rastreios oncológicos já em vigor, reforçando a sua divulgação, para que se torne mais eficaz de forma a melhorar a adesão aos utentes e assim prevenir ou diagnosticar atempadamente a doença oncológica.
- Alargar a abrangência do funcionamento da radioterapia nos polos de São Miguel e Terceira;
- Reforçar estratégias regionais e locais de prevenção e intervenção em comportamentos aditivos, de redução dos problemas ligados ao álcool, de prevenção e combate ao tabagismo e ao consumo de novas substâncias, incluindo a dependência digital;
- Implementar um programa de literacia em saúde, numa perspetiva de promoção, prevenção e educação para a saúde, dirigido a diferentes públicos-alvo, desde as crianças aos idosos, incluindo também medidas de segurança e atuação em situações de crise pandémica e/ou catástrofe que impliquem isolamento, para

preparação e capacitação da população açoriana em futuras ocorrências críticas;

- Criar as condições para a implementação de uma estratégia regional de saúde mental, de acordo com a rede de cuidados continuados integrados, quer ao nível de infraestruturas, quer dos recursos humanos e do apoio domiciliário, em articulação com as equipas dos cuidados de saúde primários;

- Alargar o número de camas da rede regional de cuidados continuados integrados, incluindo de paliativos, acompanhado do número de recursos humanos necessários, de forma a assegurarem cuidados de saúde de qualidade. Implementar um plano de formação específico nesta área, para profissionais e cuidadores informais;

- Definir e implementar uma estratégia de humanização no Serviço Regional de Saúde, ao nível dos cuidados de saúde hospitalares e cuidados de saúde primários, envolvendo os profissionais, utentes, associações de voluntários, parceiros do setor, ordens profissionais e sindicatos;

- Implementação da hospitalização domiciliária em áreas como cuidados continuados, paliativos, feridas e outras patologias elegíveis para o efeito. Assegurar que nas situações, que por norma, originam internamentos prolongados clinicamente dispensáveis, os utentes possam ficar no conforto do seu lar e a prestação dos cuidados hospitalares seja feita no domicílio através duma equipa médica que se desloca fazendo a observação do utente e o tratamento necessário;

- Garantir o funcionamento do rastreio da retinopatia diabética para todos os açorianos, permitindo a sua deteção e tratamento precoce desta patologia evitando a cegueira nos doentes diabéticos;

- Reforçar o apoio financeiro e logístico bem como o acompanhamento aos doentes deslocados;

- Reforçar e alargar os Incentivos à fixação de profissionais de saúde, em diálogo com os parceiros do setor, que deverá incluir:
 - o Alargamento do período máximo de atribuição de incentivo financeiro;
 - o Planos de formação específicos;
 - o Projetos de investigação;
 - o Apoios complementares, extensíveis à família.

- Concluir o processo de valorização das carreiras de enfermagem e técnicos de diagnóstico e terapêutica, iniciado pelo Governo do Partido Socialista em 2020;

- Colaborar com a Universidade dos Açores no sentido de criar na Região respostas formativas compatíveis com as necessidades de recursos humanos do serviço regional de saúde;

- Criar um centro de simulação clínica, como resposta às necessidades de formação prática das várias especialidades médicas, de enfermagem e outros grupos profissionais de saúde, incluindo alunos, contribuindo para a melhoria do conhecimento técnico e científico, da performance clínica e dos níveis de confiança;

- Contribuir para a formação complementar dos profissionais de saúde das ilhas sem hospital, nomeadamente os médicos de medicina geral e familiar e profissionais da emergência médica;
- Capacitar os Hospitais e Centros de saúde para obtenção de idoneidades formativas médicas, com o objetivo de captar mais médicos especialistas para a Região e reforçar a capacidade de resposta do Serviço Regional de Saúde nas diversas especialidades;
- Atribuir prioridade máxima à concretização do Hospital Digital, projeto concebido pelo Partido Socialista no seio do Plano de Recuperação e Resiliência, cuja execução está muito aquém do exigido e que previa uma reforma radical do funcionamento do sistema de saúde regional, nomeadamente através de:
 - o Disponibilização de um registo eletrónico de saúde único, permitindo a partilha da informação clínica entre todos os níveis de cuidados de saúde;
 - o Massificação da telemedicina, permitindo aumentar o acesso aos cuidados primários de saúde e a certas especialidades médicas, principalmente nas ilhas sem hospital;
 - o Monitorização constante dos pacientes com doenças crónicas;
 - o Partilha de exames de diagnóstico (Imagiologia, Patologia Clínica e outros) entre todos os operadores do setor, públicos ou privados;

- Promoção e expansão da investigação médica através do acesso a plataformas dos dados anonimizados do Serviço Regional de Saúde.
- Dotar os Açores das competências e capacidades técnico-científicas necessárias para a vigilância epidemiológica do estado sanitário do arquipélago, com ganhos evidentes ao nível de saúde pública, através da criação do Centro de Vigilância Epidemiológica dos Açores;
- Implementar o TELEAVC com vista à redução da mortalidade e défices neurológicos, tendo em conta a prevalência do AVC nos Açores;
- Avaliação periódica e sistemática da necessidade de introdução de novas tecnologias e equipamentos, com vista à atualização e substituição criteriosa e sustentável nas diversas Unidades de Saúde da Região Autónoma dos Açores;
- Criação de redes de referenciação oficiais entre as várias instituições de saúde dos Açores com instituições de referência a nível nacional, permitindo otimizar a comunicação entre instituições e melhorar a resposta aos doentes;
- Aumentar a deslocação de especialistas de áreas hospitalares às ilhas sem hospital, de forma a garantir o melhor seguimento dos utentes;

- Melhorar o acesso à saúde oral das populações carenciadas, sobretudo os adultos e idosos que não conseguem fazer face aos custos das consultas nesta área, com comprometimento do seu capital de saúde e autoestima.

2.8. Proteção Civil e Bombeiros

Os Açorianos conhecem o papel vital que as Associações Humanitárias de Bombeiros e o Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores desempenham.

O incremento dos custos que se tem verificado nos últimos anos atingiu também de forma significativa as Associações Humanitárias de Bombeiros e ocorreram também, recentemente, alterações legislativas revelantes ao nível nacional quanto ao Estatuto do Bombeiro que merecem adaptação e ponderação na Região.

Por isso, o PS/Açores propõe:

- Avaliar e consensualizar, em conjunto com as estruturas representativas dos Bombeiros dos Açores, o modelo de Financiamento partilhado das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários dos Açores, o Estatuto do Bombeiro e o Estatuto Social dos Bombeiros nos Açores, por forma a valorizar o contributo dos Bombeiros e Associações para a proteção dos açorianos;

- Avançar com um Plano Regional de Renovação da Frota das Corporações de Bombeiros;
- Implementar o programa de incentivo ao voluntariado nos Bombeiros, reforçando os incentivos e benefícios públicos para os voluntários.

2.9. Apoiar as Famílias – Da Habitação ao combate à pobreza e a exclusão social

A complexidade dos desafios sociais que marcam os Açores deve obrigar-nos a um diálogo constante entre atores sociais, incluindo necessariamente o mundo científico, para uma melhor leitura dos desafios sociais com que nos confrontamos e para a construção/implementação de soluções de ação social eficazes. Importa garantir um crescente enquadramento científico das respostas sociais nos Açores.

As políticas sociais públicas têm de ser suportadas e acompanhadas por mecanismos de interação/supervisão científica que garantam permanentemente o apoio técnico às organizações regionais, de âmbito público e privado sem fins lucrativos, porque desta forma obrigamo-nos a uma permanente referenciação adequada dos problemas sociais que “marcam” cada realidade e a resposta aos mesmos, será garantidamente mais eficaz/eficiente.

No mesmo âmbito, um Governo do PS/Açores reforçará a proximidade e ligação com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, quer através das Instituições que as representam, como são a URMA – União Regional de Misericórdias dos Açores ou a URIPSSA – União Regional de Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores, bem como do contacto direto com os dirigentes, utentes e funcionários destas instituições.

O apoio à habitação, à amenização dos impactos do crescimento brutal das taxas de juro dos empréstimos bancários e amenização do impacto do aumento do custo de vida serão prioritários para o Partido Socialista.

Neste âmbito, o apoio às famílias e as medidas públicas que promovam a redução da “taxa de esforço mensal” das famílias dos Açores são prioritárias.

Assim, propomos:

- Reforço e redefinição dos critérios de acesso ao Programa de Apoio ao Pagamento das Renditas Habitacionais – Incentivo ao Arrendamento com o objetivo de chegar a mais famílias e ser devidamente ajustado à nova realidade do mercado de arrendamento;
- Criação de um novo Programa de Apoio para as Famílias, para fazer face aos brutais aumentos das prestações mensais, concernentes ao crédito à habitação;

- Disponibilização de mais habitações a custos controlados e em regime de arrendamento com opção de compra;
- Criação de incentivos à dinamização do mercado privado de construção e oferta de novas habitações e recuperação de habitações, promovendo o aumento da oferta de habitação no mercado;
- Criação de mais vagas para creche, atendendo à enorme procura e baixa taxa de cobertura desta valência social em vários concelhos da Região Autónoma dos Açores;
- Criação de mecanismos tendentes à redução progressiva do pagamento dos CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres com o objetivo futuro da sua gratuitidade;
- Criação de um programa de apoio ao estudante deslocado, que inclua apoio ao pagamento da propina e apoio às despesas com habitação;
- Atualização e reforço da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social;
- Promoção de programas de formação e capacitação profissional para aumentar as habilidades sócio-profissionais de elementos em situação de vulnerabilidade socioeconómica;
- Criação e disponibilização de mais habitações sociais para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica;

- Implementação do Modelo de Apoio à Vida Independente – Assistência Pessoal (projeto-piloto ao nível das medidas de política de apoio à autonomia das pessoas com deficiência e/ou incapacidade);
- Desenvolvimento de programas de inclusão digital para melhorar as habilidades tecnológicas das faixas da população mais excluídas;
- Articulação de serviços de transporte para comunidades isoladas ou com dificuldades de mobilidade, particularmente idosos em situação de isolamento;
- Revisão dos programas de apoio a situações de mendicidade e sem abrigo;
- Implementação de agenda política de combate à discriminação de género;
- Reforço de estratégia de combate ao flagelo da violência doméstica;

2.10. Prevenção do uso e consumo de substâncias psicoativas e outras dependências

O fenómeno de consumo de substâncias psicoativas nos Açores, com especial relevo para o álcool, é verdadeiramente preocupante, não só pela complexidade de problemas associados ao consumo problemático, mas sobretudo porque não se tem conseguido inverter o sentido da evolução deste fenómeno. Pelo contrário, tem-se assistido ao surgimento de novas substâncias psicoativas, que, sem grande

resistência, tendem a contribuir para o aumento de novos consumidores e dos problemas associados ao consumo.

A estratégia de combate “às (toxico)dependências”, na Região, assenta essencialmente em medidas que visam, a substituição, o tratamento e a redução de danos, remetendo para um plano quase insignificante a prevenção. Dada a dimensão do problema, seria altamente condenável o não investimento em programas de desintoxicação, tratamento e recuperação, porém é igualmente grave que não haja, na mesma proporção um investimento na prevenção, já que esta é a única forma de contrariar o percurso que tem sido feito no uso e abuso de substâncias psicoativas.

É imperativo, incontornável e urgente a adoção de uma estratégia regional de prevenção adequada, desenhada e desenvolvida de acordo com a Ciência da Prevenção e os referenciais internacionais de qualidade na prevenção do consumo e uso de droga. Integrando ainda uma linha de ação que permita capacitar os agentes intervenientes nas ações preventivas, com base no Currículo Europeu de Prevenção.

O investimento que tem sido feito em matéria de prevenção, para além de ser manifestamente reduzido, caracteriza-se por ações/intervenções desconcertadas, pontuais, isoladas, com base em perceções empíricas e conceitos e táticas cientificamente ultrapassados. Estas ações não têm sido alvo de uma avaliação rigorosa que permita obter evidências acerca da sua eficácia.

É, assim, fundamental reforçar os mecanismos de apoio às políticas de prevenção de consumos na Região, em articulação com as instituições que têm como área de intervenção esta área.

Assim, propomos:

- Avaliação da eficácia dos modelos de intervenção adotados até ao momento, em parceria com as instituições da área;
- Desenvolvimento de programas de prevenção ao uso de drogas nas escolas;
- Aumento da fiscalização e medidas de segurança para combater o tráfico de drogas e o consumo de álcool, em articulação com as autoridades competentes na matéria;
- Criação de redes de suporte comunitárias para ajudar as famílias afetadas pelo problema das dependências;
- Disponibilização de aconselhamento e orientação para pais e cuidadores;
- Expansão dos serviços de tratamento para dependentes químicos, incluindo acesso a centros de reabilitação;
- Reforço das parcerias com as Casas de Saúde, na avaliação das políticas implementadas, no seu financiamento e no desenvolvimento de projetos que melhorem a qualidade de vida dos seus utentes e famílias, bem como da comunidade;
- Implementação de uma Estratégia de Intervenção de Redução de Danos ao Nível das Novas Substâncias (sintéticas);

- Desenvolvimento de programas de tratamento personalizados para atender às necessidades;
- Colaboração com profissionais de saúde mental e especialistas em dependência química.

2.11. Envelhecimento Ativo – Apoio aos Idosos

Os mais idosos afirmam-se como um importante ativo para a sociedade, capazes de desenvolverem múltiplas atividades, com o conhecimento e sabedoria que a vida lhes possibilitou adquirir.

Torna-se assim essencial, criar as condições necessárias para que este contributo seja efetivo, desde logo, assegurando que possam fazer, o mais possível, este trajeto da sua vida no seu local de residência e junto dos seus familiares.

Neste âmbito, propomos:

- Reforçar medidas que contribuam para o reforço do rendimento disponível dos idosos, designadamente, do Complemento Regional de Pensão e do Complemento para a Aquisição de Medicamentos pelos Idosos (vulgo COMPAMID);
- Desenvolver um programa de adaptabilidade dos espaços públicos, quebrando barreiras arquitetónicas e aumentando a sua capacidade de fruição;

- Apoiar a adaptação das habitações para aumentar a autonomia dos cidadãos e proceder ao mapeamento e disponibilização de uma oferta específica de habitação para pessoas com autonomia, mas com mobilidade condicionada;
- Promoção da participação cívica sénior, nomeadamente com a implementação de um programa de monitorização e manutenção do espaço público e o incentivo e apoio financeiro e logístico ao associativismo sénior;
- Promover ações que reforcem os Centros de Dia e Centros de Convívio como espaços abertos à comunidade, onde se potencie o contacto entre gerações, com o objetivo de fomentar a partilha de conhecimento e a solidariedade intergeracional. Estes espaços farão assim parte integrante da Rede Regional de Valorização Intergeracional;
- Reforçar o sistema de apoio e de formação para cuidadores informais, para que as famílias se preparem para que, sempre que possível, possam cuidar dos idosos em casa, para que os mais idosos possam estar, o mais possível, inseridos no seu ambiente;
- Promoção do alargamento e melhoria do serviço de apoio ao domicílio, desenvolvendo polos locais;
- Implementação de um sistema de vídeo assistência a todos os idosos 75+, assim como, a todos os cidadãos em situação de dependência na nossa Região. Este sistema terá associado um serviço de apoio social

de proximidade, que permitirá respostas imediatas, assim como, o acesso a triagem e aconselhamento médico.

- Aumentar o número de vagas em Estruturas Residenciais para Idosos (ERPIS).

2.12. Desenvolvimento Desportivo

É fundamental reforçar o empenho do Governo Regional no fomento da prática desportiva nas suas diversas vertentes, reforçando as parcerias com as instituições que se dedicam à promoção desta prática nas diversas modalidades.

Neste âmbito, é fundamental promover uma ampla reflexão sobre os atuais mecanismos de apoio, os seus impactos e quais os caminhos que devem ser seguidos a partir de agora, com base nas circunstâncias e nas evoluções que a área desportiva tem tido ao longo dos anos.

Reforçar a qualificação e competência técnica dos técnicos, apoiar a formação dos dirigentes, priorizar a importância do desporto nos escalões de formação e fomentar o alto rendimento desportivo e as suas mais valias, com base nas necessidades dos clubes desportivos serão prioridades do Partido Socialista.

Assim, propomos:

- Assegurar a revisão do Regime Jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo de forma a simplificar o acesso à atribuição dos apoios, assegurar a sua estabilidade temporal dos seus projetos e contribuir para reforçar a autonomia na gestão dos clubes e associações, assente na sua idoneidade e responsabilidade;
- Promover a atividade física desportiva fomentando a disponibilização de mais espaços de qualidade para a prática autónoma, a realização de iniciativas potenciadoras de mais oportunidades de prática e implementando progressivamente um sistema de avaliação da oferta privada, que contribua para a qualidade da mesma;
- Revitalizar o Desporto Escolar nas suas diversas vertentes e em particular nas suas ligações às atividades desportivas náuticas, contribuindo para a estratégia regional para o mar;
- Criar um Plano pormenorizado de melhoria das infraestruturas desportivas propriedade do Governo, ao longo da legislatura, de forma a garantir uma melhor adequação às condições de treino e competição;
- Reforçar o contributo da atividade desportiva como elemento da afirmação do papel dos Açores na Europa e em particular na defesa das especificidades das suas ultraperiferias;
- Promover transversalmente a defesa dos princípios da Ética, da Integração e da Tolerância no desporto, bem como da sustentabilidade ambiental;

- Fomentar a implementação de formação específica para os agentes desportivos não praticantes do Movimento Associativo Desportivo, como forma de assegurar conhecimento e competências, fundamentais na gestão desportiva;
- Implementar uma estrutura de apoio ao alto rendimento destinada a dar resposta às necessidades da preparação de atletas de alto rendimento, seleções regionais, e jovens talentos regionais, assegurando a otimização da performance e elevação dos níveis competitivos do desporto Açoriano;
- Desenvolver uma forte campanha de sensibilização, transversal a toda a sociedade, de fomento da prática desportiva e desenvolver uma rede de proximidade de infraestruturas desportivas ao ar livre, em todas as freguesias da nossa Região, bem como centros de marcha e corrida em todos os concelhos.

III – GARANTIR O FUTURO

ECONOMIA SUSTENTÁVEL,

MOBILIDADE E COESÃO

3.1. Acessibilidades, Transportes e Mobilidade – Um território coeso

Os Governos do PS/Açores assumiram desde sempre a coesão como uma prioridade. Foram assim desenvolvidas um conjunto de políticas públicas, umas com maior sucesso, outras que não tendo o sucesso desejado, contribuíram para que se passasse a viver melhor em todas e cada uma das nossas ilhas.

Os desafios da coesão são permanentes e exigem um investimento intensivo da parte de todos. Nos últimos três anos a coesão foi preterida por uma política de fomento ao bairrismo, que se traduziu num

retrocesso ao nível da qualidade de vida dos Açorianos, em especial daqueles que estão expostos a situações de maior vulnerabilidade.

A coesão económica, social e territorial, tem de ser colocada novamente no centro do desenvolvimento estratégico que se pretende para a nossa Região, capaz de responder ao desafio permanente de sermos o melhor lugar para viver, investir e visitar.

As nossas ilhas são todas diferentes, essas diferenças devem-se refletir na definição de políticas de coesão assentes na diferenciação territorial e na complementaridade, a coberto de uma “marca” única, os Açores, cujos valores da partilha e da solidariedade interilhas e intergeracional fazem parte do seu ADN, em detrimento de políticas uniformes para as 9 ilhas.

Tendo consciência de que a generalidade dos recursos são finitos, torna-se essencial acautelar a preservação dos mesmos, pelo que coesão e sustentabilidade serão sempre indissociáveis.

Outro dos desafios que deve merecer uma profunda reflexão, prende-se com o modelo de governação para a nossa Região, torna-se fundamental incorporar território na organização sectorial, com vista a dar uma resposta adequada às exigências com que nos deparamos.

Torna-se fundamental desenvolvermos uma organização em que o território assuma uma maior relevância, como resposta a sermos uma Região insular em que a realidade de ilha muitas vezes se sobrepõe.

Uma organização mais colaborativa, que envolva os agentes locais, como autarquias, associações de municípios, associações, empresas e cidadãos, num modelo de governação e desenvolvimento estratégico inovador e sustentável.

Uma solução que privilegie a territorialização das políticas, promovendo uma maior proximidade dos decisores e da decisão aos seus destinatários, na certeza que a proximidade permitirá obter melhores soluções para o bem comum.

Neste âmbito, a mobilidade dos açorianos e as acessibilidades têm um papel determinante.

Num território com as características do nosso, a coesão territorial está fortemente dependente da capacidade de mobilidade de pessoas e bens, dentro de cada ilha, interilhas e com o exterior. Por outro lado, as novas tecnologias colocam-nos também perante novas oportunidades de reforço da coesão que temos de ser capazes de aproveitar.

A procura permanentemente das melhores soluções que garantam mais conforto, melhor e mais rápido acesso aos transportes e a menores custos para as famílias são a nossa prioridade.

No âmbito dos Transportes Terrestres propomos:

- Promover uma profunda reforma ao nível organizacional e operacional da oferta de transportes públicos terrestres na Região Autónoma dos Açores;
- Avaliar, em conjunto com os Municípios e Associações de Municípios, a transferência da gestão da rede de transportes públicos terrestres para os mesmos, nas ilhas em que as mesmas existam, com o objetivo da sua otimização, eficiência e adequação;
- Criar uma solução moderna, descarbonizada, que responda às reais necessidades dos açorianos, com um sistema mais eficiente de transporte público que ligue os principais aglomerados populacionais de cada ilha bem como, com uma oferta *on-demand* para territórios de baixa densidade e horários de reduzida procura.

No âmbito dos transportes aéreos propomos:

- Cumprir o compromisso assumido com a Comissão Europeia quanto à privatização do capital social da Azores Airlines, no contexto das alterações decorrentes da redução de operação da Ryanair e da previsível privatização da TAP;
- Promover uma revisão do modelo de acessibilidades, simplificando o processo na ótica do passageiro e simultaneamente torná-lo mais atrativo, de forma a estimular a concorrência, incrementar tráfego, reduzir o custo e potenciar o desenvolvimento de todas as gateways

de forma a poderem evoluir para um regime liberalizado na sua plenitude;

- A consolidação e desenvolvimento da operação das companhias que atualmente voam para a Região, bem como a captação de novas companhias;
- Tendo como base a tarifa Açores, que é para manter, iremos desenvolver a mobilidade dos Açorianos interilhas, complementando o transporte aéreo com o marítimo de passageiros e viaturas, contribuindo para estimular o desenvolvimento do mercado interno.

No transporte marítimo de passageiros e mercadorias:

Torna-se fundamental desenvolver circuitos logísticos ágeis, capazes de colocar de forma célere e económica as produções de cada uma das ilhas, quer ao nível do mercado interno quer no exterior.

Se é certo que há sempre aspetos a melhorar, o foco nos próximos anos, mais do que nos meios em si, deve estar na utilização e na conjugação dos mesmos para chegarmos aos mercados com a celeridade pretendida, construindo assim cadeias logísticas curtas.

Tendo como base o atual modelo de cabotagem insular, que procuraremos otimizar e tirar partido das suas virtudes e potencialidades, iremos em conjunto com os operadores de tráfego local e com o desenvolvimento da carga rodada, promover uma

profunda reestruturação no circuito logístico inter-ilhas e destas com o continente português e a Região Autónoma da Madeira.

A nossa situação geográfica por vezes é apresentada como limitadora no acesso aos mercados, no entanto também é certo que ela nos dá vantagens competitivas únicas.

O transporte será sempre, ao nível dos produtos transacionáveis, um custo de contexto, a forma de o atenuar, depende exclusivamente de nós, nomeadamente através da criação de produtos de elevado valor, cujo peso relativo no custo do transporte seja diminuto, por outro definindo os mercados de acordo com o seu potencial e custo de colocação dos produtos.

O fomento ao consumo interno, quer pela população, quer por quem nos visita será uma prioridade. Nesse sentido, desenvolveremos um conjunto de políticas de sensibilização ao consumo e de apoio à colocação do que produzimos em cada ilha nas restantes.

Outra das apostas a desenvolver passa claramente pela criação e desenvolvimento de serviços, tirando partido das novas tecnologias e da elevada qualificação dos nossos jovens, onde não existe custo de transporte associado, ou onde a incorporação destes serviços no produto, eleva de tal forma o seu valor, que o peso relativo do transporte se apresente como irrelevante.

Neste âmbito, propomos:

- Retomar a operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas;
- Potenciar parcerias privadas entre distribuidores com o objetivo de criar economias de escala na exportação de produtos dos Açores para o exterior. Por exemplo, uma pequena empresa pode não ter capacidade de colocar mercadoria suficiente num contentor. Havendo uma parceria com outros privados, poderiam potenciar a utilização conjunta de contentores.

3.2. Turismo

O enorme potencial turístico do arquipélago dos Açores é um facto inquestionável para todos. As deslumbrantes belezas naturais associadas à autenticidade da história e tradições da sua população permitem que os Açores se afirmem cada vez mais, no plano nacional e internacional, como um Destino europeu no meio do atlântico, reconhecido internacionalmente como ilhas vulcânicas preservadas e de natureza exuberante, exclusivo, de beleza mística, onde o visitante é recebido como um convidado especial que, em segurança tem ao seu dispor uma variedade de atividades e produtos, seja em terra ou no mar.

Os muitos e importantes prémios e distinções que a Região tem recebido nos últimos anos, principalmente em matéria de preservação

ambiental nomeadamente, atestam a qualidade e a identidade do destino Açores.

Foi o Partido Socialista dos Açores que assegurou a implementação de um novo regime de acessibilidades aéreas de e para a Região, sendo um marco impulsionador de uma nova dinâmica turística e também de maior mobilidade dos Açorianos. Do mesmo modo foi implementado um novo modelo de obrigações de serviço público inter-ilhas que, além de assegurar novos modelos de mobilidade, potenciou os ganhos do modelo de serviço público das ligações ao exterior, servindo melhor, por essa via, o sector do Turismo em todas as ilhas.

Outro desafio continuado para o desenvolvimento do Turismo na Região é a sua promoção nos mercados emissores e a criação de notoriedade para o Destino junto dos potenciais consumidores, principalmente nos mercados externos, onde ainda subsiste um manifesto desconhecimento relativamente aos Açores e ao seu enorme potencial como região de captação de fluxos turísticos.

Desafio igualmente importante é o da atenuação da sazonalidade que é, ainda, excessivamente acentuada na Região e que se constitui como um dos maiores constrangimentos à atividade dos agentes do sector.

Ao mesmo tempo, os Açores, enquanto Destino turístico, apresentam idiossincrasias claras que terão sempre que ser equacionadas na implementação das políticas públicas que visem o desenvolvimento do turismo como força indutora para outros sectores de atividade

económica. Primeiramente a sua condição arquipelágica, feita de nove partes amplamente distintas entre si e, concomitantemente, a sua condição insular atlântica, que tanto pode ser uma centralidade como um obstáculo de distância para a captação de fluxos turísticos.

Por outro lado, torna-se imperioso não cair no facilitismo da reprodução de modelos de desenvolvimento do sector similares em todas as ilhas, evitando a uniformização da oferta e a consequente descaracterização do Destino. Neste âmbito, as políticas públicas devem privilegiar um desenvolvimento da oferta e dos fluxos turísticos adequados à realidade e idiosincrasias próprias de cada ilha, contribuindo, assim, para o crescimento sustentado de cada uma. A revisão do POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico dos Açores assume, aqui, uma relevância decisiva.

O desenvolvimento da atividade turística nos Açores assentará, assim, na permanente qualificação e sustentabilidade do Destino procurando preservar a sua autenticidade ao mesmo tempo que se melhora a oferta, na garantia das acessibilidades, internas e externas, ao Destino por forma a gerar e maximizar os fluxos turísticos e na promoção externa criando canais de comercialização que permitam a sustentabilidade da indústria do Turismo.

Assim, propomos:

Nos Recursos Humanos:

- Criar programas de incentivo à diminuição da sazonalidade na empregabilidade do sector;
- Incentivar a criação de programas de formação e qualificação, tanto do setor público como do privado, para a qualidade e diferenciação do serviço;
- Apostar na qualificação dos profissionais de turismo, em articulação com as entidades representativas do sector;
- Incentivar a exposição de formadores e formandos a ambientes nacionais e internacionais;
- Apoiar a conversão profissional e atualização de competências adequadas ao mercado de trabalho atual do sector, em particular no atendimento ao cliente e no marketing digital;
- Capacitar a Região de guias-intérpretes de turismo nas línguas de inglês, alemão, italiano e espanhol, através das instituições de ensino/formação regionais;
- Incentivar junto da Universidade dos Açores a criação de um curso de gastronomia que permita potenciar a formação qualificada e a utilização transversal dos produtos regionais a exemplo de outros modelos de sucesso internacional.

Nas Empresas:

- Apostar na certificação das empresas, de acordo com os principais códigos de segurança e conduta internacionais;
- Criação do Manual de apoio ao investimento turístico, apresentando oportunidades e necessidades específicas do território;
- Incentivar a competitividade interna das unidades de alojamento e restauração pela publicitação e reconhecimento da oferta que crie clientes mais satisfeitos;
- Criar e disponibilizar ao turista uma ferramenta de planeamento das atividades *indoor* e *outdoor* que cruze a previsão meteorológica com as atividades disponíveis favoráveis a cada dia;
- Aumentar e qualificar o circuito de trilhos pedestres, em especial as Grandes Rotas;
- Fazer o levantamento, diagnóstico e avaliação de recursos regionais com potencial para o turismo e sua georreferenciação com base nas atividades definidas para cada produto;
- Reforçar o incentivo ao segmento natureza, que envolve, entre outros, a procura pelos passeios pedestres, o *whalewatching* e *birdwatching*, contribuindo para o atenuar da sazonalidade do destino Açores;
- Incentivar a aposta na divulgação dos produtos de turismo “de luxo” e de aventura, nomeadamente, do turismo relacionado com

os fenómenos do vulcanismo, do mergulho e da fotografia subaquática;

- Fomentar o turismo de saúde, tirando partido da imagem de segurança do destino e da elevada qualidade dos profissionais de saúde e da certificação internacional das unidades de saúde públicas e privadas da Região;
- Apostar na promoção do enoturismo;
- Concluir o processo de certificação das termas e águas termais dos Açores e lançar uma campanha específica direcionada à perceção do Destino Açores como destino de bem-estar;
- Criar roteiros para as principais festas religiosas de cada ilha e incentivar a criação de pacotes integrados destinados à diáspora e ao mercado nacional;
- Incentivar a criação de ementas com cariz regional, potenciando os produtos regionais da terra e do mar;
- Apoiar novos projetos ou requalificar infraestruturas que diminuam a pegada ecológica, estando associados à utilização de equipamentos mais eficientes (por exemplo a iluminação), à gestão energética em edifícios de empresas turísticas e à produção de energias renováveis;
- Incentivar projetos que se insiram na matriz dos planos estratégicos existentes, que visem o combate à sazonalidade e que procurem a qualificação da oferta.

Nas Infraestruturas:

- Requalificar a sinalética de estrada e de identificação dos principais pontos de interesse turístico;
- Melhorar e inovar as infraestruturas e facilidades de apoio às atividades relacionadas com os produtos turísticos estratégicos da Região como por exemplo zonas balneares, portos e marinas, zonas envolventes de locais turísticos, miradouros, trilhos, centros de interpretação, entre outros.

Na Promoção Externa:

- Apoiar o investimento em campanhas Institucionais adaptadas aos mercados;
- Apostar na comunicação em *social media*;
- Definir os *targets* e públicos-alvo a comunicar e captar;
- Desenvolver uma política de animação que privilegie os eventos que apresentem efetivo retorno promocional ou gerador de fluxos turísticos;
- Posicionar o Destino Açores em parcerias nas principais organizações internacionais do sector;
- Implementar um programa de formação em Marketing Digital para as empresas de pequena e média dimensão, de modo a que estas usem este meio como um canal de comercialização direta dos seus serviços para o consumidor final;

- Elaborar e incentivar a criação de novos materiais promocionais com o objetivo de ajustar os conteúdos elaborados com a nova estratégia de produto e com o posicionamento do destino que se pretende;
- Desenvolver campanhas promocionais conjuntas (destino/operadores), devidamente dirigidas para os segmentos alvo dos produtos turísticos dos Açores;
- Aumentar a notoriedade do destino junto dos mercados, através de uma presença dinâmica, interativa e de partilha de conhecimento, em feiras e encontros com operadores/Agentes de Viagem, *Famtrips*, *Presstrips* e *Roadshows*, sobre os produtos turísticos do destino em parceria com as companhias aéreas, AICEP, Turismo de Portugal e Representações Diplomáticas, empresários e operadores turísticos;
- Promover a realização de eventos âncora, em todas as ilhas do arquipélago, em especial os de cariz de natureza que têm levado os Açores a grandes níveis de notoriedade internacional nos últimos anos, como os ligados ao surf, mergulho, *canyoning*, *trail run*, etc.
- Desenvolver um conjunto de ações no âmbito do marketing digital que permitam estabelecer relações entre o destino e o consumidor, atrair e conquistar a sua atenção;
- Desenvolver campanhas promocionais com as companhias aéreas, para promoção do destino nas respetivas revistas de bordo e *websites*;
- Desenvolver um programa de intercâmbio e formação com a Diáspora Açoriana fazendo com que as comunidades estejam

preparadas para promover, de forma concertada com a estratégia para o turismo, os Açores nos países onde residem;

- Desenvolver ferramentas de marketing digital ao dispor dos profissionais do sector que possibilitem aumentar o volume das vendas diretas e otimizar os recursos aplicados na captação dos clientes.

3.3. Agricultura

A Agricultura é um dos pilares centrais da economia açoriana e um elemento crucial do nosso projeto de desenvolvimento de futuro, onde a competitividade e diferenciação terão um papel muito importante para melhores índices de desenvolvimento económico e rendimento dos agricultores.

A verdade é que este sector está confrontado com grandes desafios e com fatores externos de grande volatilidade que aumentam as dificuldades dos produtores. O aumento dos custos de produção, das matérias-primas e das taxas de juro são alguns exemplos que, todos os dias, constroem a atividade económica dos produtores açorianos.

Assim, cabe ao Governo Regional ser um parceiro permanente dos agricultores açorianos, nas suas diversas vertentes, implementado medidas concretas que melhorem o seu rendimento.

Assim, propomos:

No sector do leite e laticínios:

- Manutenção do fim dos rateios;
- Promover o aumento da competitividade da indústria através de investigação e desenvolvimento de produtos de valor acrescentado;
- Encetar esforços para que seja criado um “Acordo de tarifas” para que a distribuição de riqueza ao longo da cadeia não seja tão disforme e para que o produtor receba um preço justo e adequado às condições de mercado;
- Promover, dinamizar e alargar a ação do Centro Açoriano de Leite e Laticínios: na inovação industrial, na captação de novos mercados e na gestão da volatilidade dos preços do leite.

Nas Medidas de apoio – extensivas a todos os setores da agricultura:

- Criação do SAFIAGRI IV – linha de apoio destinada a compensar os encargos financeiros bancários relativos a empréstimos aplicados em investimentos em explorações agrícolas;
- Criar um regime de crédito de baixo valor – com juros baixos e um período de manutenção de 2 anos;
- Apoiar os projetos de investimento e modernização agrícola como forma de diminuir custos de produção, melhorar a qualidade do produto e reforçar o rendimento do produtor;

- Desenvolver planos de apoio a aumentos substanciais no preço dos fatores de produção, nomeadamente, gasóleo agrícola, fertilizantes e rações;
- Reformular a atribuição do *plafond* de gasóleo agrícola;

Nas Infraestruturas agrícolas:

- Melhorar a rede de infraestruturas de abastecimento e captação de água;
- Promover a implementar de eletrificação nas explorações agrícolas;
- Reforçar o investimento e a manutenção nos caminhos agrícolas com a implementação de planos de escoamento de água, principalmente, nos caminhos não permanentes;
- Apoiar a criação de infraestruturas de armazenamento de produtos hortofrutícolas;
- Promover os investimentos necessários na rede regional de abate.

No Desenvolvimento Rural:

- Reforçar o programa de incentivo ao empreendedorismo rural;

Na Estratégia Local para o Consumo Local:

- Apoiar pequenos e médios produtores agrícolas (hortofrutícolas, mel e flores), promovendo as suas vendas através da criação de relações de proximidade, ou seja, através de mercados locais (circuitos curtos), potenciando o mercado interno regional;

No Associativismo e bem-estar animal:

- Apoiar ações com vista a promover o bem-estar animal, quer de animais de companhia, quer de animais de produção;
- Reforçar o apoio às Associações de proteção animal;
- Promover e apoiar ações específicas e estruturadas no controlo de pragas;

Nos Jovens Agricultores:

- Consolidar o apoio para a aquisição de equipamento e máquinas agrícolas;
- Apoiar a formação;
- Criar uma linha de crédito bonificado durante os primeiros 5 anos de atividade;
- Avaliar o lançamento de novos programas de Reforma Antecipada.

Nas Florestas:

- Reforçar o apoio à exportação;
- Reforçar o apoio à manutenção das áreas florestais;
- Desenvolver planos de controlo e monitorização das pragas das árvores;
- Apoiar o desenvolvimento e melhoramento da *Cryptomeria japonica*;
- Promover sessões de aconselhamento e formação florestal.

Na Promoção de práticas agrícolas sustentáveis e agricultura biológica:

- Criar, em parceria com as organizações do sector, o Plano de Desenvolvimento da Agricultura Biológica dos Açores, de forma a garantir o reforço dos apoios públicos e parcerias neste tipo de agricultura;

3.4. Pescas

Destacamo-nos pelo mar, pela geografia e pela biodiversidade. A pesca é a atividade com maior impacto nos ecossistemas marinhos. A sua gestão, com vista à preservação e utilização futura, é um repto que deve ter um alcance e significado proporcional à dimensão do mar dos Açores.

O modelo de desenvolvimento observado nos últimos anos, obriga a reconhecer a necessidade de contenção na interação dos seres humanos com o Mar, seguramente, um dos mais importantes recursos naturais dos Açores, promotor de coesão social, sendo o seu potencial económico uma certeza. A compatibilização entre tantos e tão díspares usos e serviços que o mar nos pode prestar, é hoje, um grande desafio coletivo que urge enfrentar.

A valorização da importância estratégica da pesca deve ser concretizada através de uma gestão sustentada com o propósito de tirar pleno partido das suas potencialidades económicas, sociais e

culturais, devendo esta ação pautar-se por uma política abrangente, participada, inovadora e de longo prazo.

A pesca pode constituir um leque aberto de oportunidades de emprego, no desenvolvimento da ciência e tecnologia, no setor portuário e construção naval, na qualificação e formação profissional, no turismo e no ambiente, na monitorização e vigilância, na cultura ou na diplomacia. Oportunidades que estão à espera de ser aproveitadas e que não se limitam a um potencial conhecido, mas incluem as oportunidades de novos usos futuros por descobrir. Na realidade, uma pesca que associe modernidade à tradição oferece-nos um imenso potencial que, uma Região como os Açores, deve procurar encontrar.

Para isso, a produção de conhecimento técnico e científico e a sua difusão, a capacitação dos profissionais do setor, das instituições, associações e empresas, a valorização dos produtos e serviços da pesca, a criação de pontes e o desenvolvimento de parcerias são instrumentos fundamentais para um pleno exercício de governação.

A participação e intervenção, não só dos profissionais do setor, mas também, cívica dos cidadãos na preservação e na imagem da pesca é absolutamente necessária, pois só assim se tornará responsável, credível e, em última instância, eficaz e sustentável.

Este programa é exemplo da determinação em dedicar à pesca a atenção e os recursos necessários para assegurar uma nova era de desenvolvimento.

Assim, propomos:

Nova “economia da pesca”:

- Promover a equidade na distribuição de rendimento. Promover a pesca e aquicultura sustentável no contexto da economia azul. Um setor mais robusto, moderno com oportunidade de emprego;
- Desenvolver alternativas de rendimento na pesca;
- Valorizar os produtos da pesca e aquicultura. Tirar partido do património imaterial, da cultura, da ciência, da paisagem ou da gastronomia;
- Facilitar o acesso ao pescado no mercado, para os açorianos e para os mercados fora da Região;
- Investir num Plano para a Valorização e Consumo do pescado, nomeadamente do Atum;
- Criar um Plano Reestruturação que ajuste a frota à disponibilidade dos recursos, que considere as novas tecnologias, a inovação e a urgência de descarbonização;
- Dinamizar o Desenvolvimento Local de Base Comunitária;
- Desenvolver uma estratégia de comunicação e imagem para a pesca dos Açores.
- Ganhar credibilidade internacional, projetar a Escola do Mar dos Açores;
- Continuar a posicionar os Açores como Região líder na agenda para a defesa do oceano, dos seus recursos e no desenvolvimento a partir do mar.

Capacitar, Valorizar e envolver:

- Apostar numa estratégia de capacitação que inclua uma oferta formativa ampla, descentralizada e que responda, não só às exigências para a inscrição marítima, mas também, às empresas da pesca e a novas oportunidades com vista à criação de emprego;
- Promover uma relação estreita com o setor da qualificação e emprego, com a Academia e a Escola do Mar dos Açores para um Diagnóstico de Necessidades;
- Apostar na dupla certificação e na formação contínua;
- Desenvolver a “literacia dos oceanos”, particularmente junto das escolas.
- Formar a nova geração de pescadores, rejuvenescer o setor e valorizar o papel da mulher na comunidade piscatória;
- Capacitar e promover a autonomia técnica e financeira das Associações da pesca.
- Promover a transição digital do setor.

Conservação e projeção internacional:

- Reavaliar a criação das áreas marinhas protegidas em curso, definindo a sua implementação em diálogo e parceria com as organizações representativas do sector das pescas;
- Desenvolver, em conjunto com as Associações, um Plano de Compensação pela implementação de Áreas Marinhas Protegidas;
- Reforçar o posicionamento internacional dos Açores enquanto Região líder da conservação dos Oceanos, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;

- Potenciar a relação com a Universidade dos Açores no desenvolvimento da investigação em pescas e aquicultura e produzir conhecimento (ambiental, social e económico) para gestão e melhor habilitar a decisão;
- Implementar medidas de gestão por segmento de frota, por artes de pesca e por espécie, adaptando o esforço de pesca aos recursos disponíveis;
- Criar e implementar um Plano de Monitorização e Vigilância. Uma estrutura de gestão orientada para a preservação, conservação e restauro dos ecossistemas marinhos, atendendo ao Parque Marinho dos Açores e às áreas marinhas com interesse proteger;
- Alargar o sistema de monitorização contínua (VMS) a todas as embarcações de pesca, dando execução ao previsto na revisão do Regulamento de Controlo das Pescas;
- Investir na manutenção da rede de portos e infraestruturas de apoio à pesca, garantindo as melhores condições de operacionalidade e a adaptação ao desenvolvimento;
- Combater a fuga à lota e garantir os níveis de exigência no acesso à exploração do mar e às categorias da pesca.

3.5. Desenvolvimento sustentável, Transição

Energética e combate às Alterações Climáticas

Apesar de os Açores apresentarem vastas áreas do seu território submetidas a medidas de proteção, incluindo áreas marinhas, importa

prosseguir com a proteção e valorização das áreas protegidas, bem como da biodiversidade e da geodiversidade que nelas ocorrem. Importa, pois, prosseguir com políticas efetivas de conservação da natureza e da biodiversidade, bem como conferir prioridade à sensibilização para o reconhecimento do valor desse património natural, nas suas dimensões ética, estética, identitária, cultural e económica.

Neste contexto, os Açores devem ser pioneiros na adoção de índices económico-ambientais como parte integrante das estatísticas regionais, que permitam conhecer o valor do capital natural e a sua contribuição para a economia e o bem-estar.

Por via da interferência humana, o planeta aqueceu mais rápido desde 1940 do que em milhões de anos anteriores, estando a Humanidade confrontada com a necessidade de investir em ações que reduzam a emissão de gases com efeito de estufa (GEE) e que incrementem a capacidade de sumidouros de carbono.

Apesar do contributo potencial da Região para a redução global das emissões ser reduzido, não podemos, num quadro de compromisso com os grandes objetivos climáticos globais e de afirmação de uma estratégia de crescimento sustentável, deixar de conferir prioridade à transição para uma economia de baixo carbono.

Ademais, a descarbonização deve ser encarada como uma oportunidade de reconfiguração económica e tecnológica, aproveitando a redução da intensidade carbónica da economia para

acrescentar competitividade e sustentabilidade em setores estratégicos.

Uma vez que a energia é um bem essencial ao desenvolvimento económico e ao bem-estar das populações, e que o setor energético, incluindo os transportes, representa mais de metade das emissões de Gases com Efeito de Estufa na Região, exige-se uma efetiva transição energética, assente em princípios orientadores de suficiência, eficiência e segurança, e consubstanciada na eletrificação e descarbonização da economia, através do incremento das fontes de energia renováveis ou endógenas.

Em paralelo, importa promover soluções de mobilidade sustentável, baseadas em opções de baixo carbono e na otimização de um modelo de organização territorial de proximidade.

As alterações climáticas são um dos maiores desafios com que a Humanidade se depara na atualidade, com capacidade para fazer reverter décadas de desenvolvimento.

Com as alterações climáticas tem aumentado a ocorrência e a severidade de eventos climatológicos, expondo especialmente os territórios insulares aos seus efeitos.

No arquipélago dos Açores, a biodiversidade, os recursos naturais, o território, em particular as zonas costeiras, e as atividades económicas podem ser fortemente afetadas pelas alterações climáticas.

A adaptação deve ser encarada como matéria prioritária, pela inevitabilidade que os impactos das alterações climáticas produzem e

continuarão a produzir no território, afetando o quotidiano das populações.

Assim, no âmbito da governança climática devem ser desenvolvidos instrumentos de ação climática, como resposta aos desafios territoriais emergentes e condicionando o modelo de desenvolvimento territorial e os regimes de uso e ocupação do solo, em função das vulnerabilidades e riscos climáticos identificados, bem como estabelecendo medidas e ações que, de forma planeada e integrada, promovam a minimização dos efeitos das alterações climáticas, sobretudo em setores estratégicos.

A Região deverá, ainda, aprovar um regime jurídico geral de ação climática, adaptados às suas necessidades e realidade e que garanta uma adequada participação pública e um efetivo acompanhamento e avaliação.

A economia à escala global foi sendo construída, desde o início do desenvolvimento industrial, com base num modelo linear de negócios, em que a produção de bens assenta na extração de matérias-primas e no fabrico de produtos que, após a sua utilização, são descartados como resíduos.

A forma e a velocidade com que se usam os recursos naturais são absolutamente insustentáveis, seja pela escassez desses recursos, seja pelos impactes negativos no Ambiente, designadamente a poluição e a degradação de ecossistemas.

Face às consequências do modelo tradicional de produção e consumo, tornou-se essencial uma mudança de paradigma, que passa por numa nova tendência de gestão dos recursos e dos negócios, baseada num modelo de desenvolvimento sustentável.

A consolidação do desenvolvimento sustentável reclama a transição para um modelo circular de produção de bens e serviços, no qual os materiais retornam ao ciclo produtivo, transformando os resíduos em potenciais subprodutos ou em outros materiais, por via da sua reutilização, recuperação e reciclagem. Um modelo económico onde os ciclos de vida dos produtos são otimizados, desde a conceção e desenho, ao processo de produção, aos consumos e à gestão dos resíduos.

A economia circular gera, também, novas oportunidades de negócio, fazendo surgir novos modelos empresariais e desenvolvendo novos mercados, constituindo-se como um elemento-chave para promover a dissociação entre o crescimento económico e o consumo de matérias-primas e energia, e assumindo-se como uma efetiva economia de desempenho, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, criando qualidade ambiental, prosperidade e equidade social.

O reaproveitamento sustentável e rentável dos produtos são elementos centrais de uma economia onde os verbos dominantes têm de ser: Refletir, Reduzir, Reutilizar, Reparar e Reciclar.

A partir do conhecimento do território, devem ser identificadas oportunidades de circularidade, fomentando a produção e utilização inteligentes, o prolongamento do ciclo de vida e o aproveitamento eficaz dos materiais.

Devem, pois, intensificar-se as campanhas de sensibilização para a prevenção e redução da produção de resíduos, promover-se ações de recuperação e reutilização de produtos, dinamizar-se a inovação, fomentar-se a simbiose empresarial, e otimizar-se o modelo de organização territorial, promovendo formas de ocupação que potenciem redução de deslocações, consumos de proximidade, economias de partilha e padrões de mobilidade sustentável, bem como que privilegiem a reabilitação e o aproveitamento de existências.

Através da requalificação e revitalização dos espaços urbanos degradados ou em degradação promove-se a valorização do ambiente urbano e a criação de condições para a atração e fixação de novos residentes e atividades nesses espaços, contribuindo também para a compacidade urbana, a preservação do solo rústico e a diminuição das necessidades e encargos de infraestruturização.

Neste âmbito, propomos:

- Fomentar a utilização de energias produzida a partir de recursos naturais, posicionando os Açores como líderes no país e na UE;

- Implementar, em articulação com os municípios, uma rede regional pedonal e de ciclovias com vista à promoção dessas formas de mobilidade;
- Ampliar a rede pública de pontos de carregamento para veículos elétricos, de forma a ter pelo menos um por freguesia e em áreas de elevada visitação;
- Catalisar a investigação e o desenvolvimento na área das energias renováveis, por via do desenvolvimento de projetos inovadores, suportados em parcerias com a academia, centros de investigação, entidades públicas e investidores privados, para posicionar a Região na vanguarda do caminho da transição ecológica, gerando emprego qualificado;
- Capacitar as empresas açorianas do setor da construção (gabinetes de arquitetura, empresas e trabalhadores de construção civil) com técnicas e metodologias de desenho e construção que fomentem a construção ecológica, energeticamente eficiente e antissísmica, para tornar a Região altamente competitiva neste setor de mercado, criando novas oportunidades de negócio a nível regional, nacional e internacional.

Na conservação, áreas protegidas, alterações climáticas:

- Monitorizar e controlar a introdução de espécies exóticas invasoras em áreas protegidas;
- Renaturalizar as margens de ribeiras e lagoas, por via da requalificação ou reintrodução de galerias ripícolas;

- Retomar a beneficiação dos trilhos pedestres e das áreas protegidas dos Parques Naturais;
 - Retomar o conceito de Parques Naturais, na sua trilogia perfeita – conservação, turismo e educação ambiental, com implementação dos seus planos de ação;
 - Fortalecer a Educação ambiental, capacitando indivíduos com conhecimento e valores para preservar e respeitar a natureza;
 - Promover a monitorização do combate à praga de térmita de madeira seca, com implementação de medidas mitigadoras impedindo o alastramento da praga, e promover o programa de apoio financeiro à desinfestação e obras de reparação de imóveis danificados pela infestação por térmitas;
 - Criação de planos de ação para continuidade de programas LIFE nos Açores;
 - Desenvolver o mapa de risco e implementar o Plano Regional para o Radão
- Na área dos Resíduos;
- Reforçar a educação e formação nos locais de ensino, nos locais de trabalho, nos locais de lazer e outros, comportamentos e atitudes alinhadas com as melhores praticas individuais e coletivas que contribuam para um futuro ambientalmente sustentável e seguros;
 - Atuar com as Câmaras Municipais e Associações de Municípios na capacitação dos agentes envolvidos na gestão dos resíduos urbanos;
 - Sensibilizar a população para a redução da produção de resíduos, bem como para a triagem e separação dos resíduos urbanos em

ambiente doméstico e conseqüentemente encaminhamento para valorização;

- Tornar o projeto piloto do Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebida num programa efetivo, aumentando os pontos de depósito em cada uma das ilhas, principalmente as que apenas possuem uma;

3.6. Inovação, Ciência e Tecnologia

3.6.1. Inovação em contexto empresarial

Para apoiar a inovação na Região e o seu contributo positivo para economia regional é também necessário desenvolver um novo conjunto de medidas destinadas a apoiar os recursos humanos dedicados a este setor.

Importa não apenas minimizar os riscos de insucesso na inovação, quer nos setores tradicionais, quer na economia emergente, como capacitar os recursos humanos necessários, em contexto empresarial ou fora dele, para o despoletar de novas atividades e produtos de valor acrescentado.

Ao abrigo da Estratégia de Eficiência Competitiva dos Açores, o PS/Açores propõe, pois, um mapeamento da inovação e das competências emergentes, por ilha, o mais antecipadamente possível para que se possa agir na preparação adequada de Recursos Humanos através de ações pontuais ou através de planos estruturados, quando a dimensão da atividade o justifique. Poderão

estar em causa ações de aprofundamento de competências a desenvolver com a Universidade dos Açores, ou com algum estabelecimento especializado de fora da Região.

Importa, nesta questão, proceder ao cruzamento entre as necessidades da inovação de novas empresas com os jovens a estudar na Universidade dos Açores e, tanto quanto possível, ajustar pós-graduações e formações curtas de nível superior ao que se julga como necessário, ao nível de ilha.

Assim, propomos:

- Desenvolvimento de planos de inovação para o Turismo, para a Construção Civil, para a Agricultura, Pescas e para a Indústria e para setores que venham a revelar-se relevantes.
- Fomento do emprego de qualidade em Ciência, Inovação e Tecnologia, com foco nos centros de investigação e nas empresas;
- Implementação de Consultoria Estratégica Empresarial e de cursos para Executivos, em liderança, em prospetiva e em estratégia;
- Formação Avançada de suporte a projetos de empreendedorismo de base tecnológica;
- Bolsas de Investigação em interfaces orientadas para a dinamização de nova capacidade Empresarial, a Inovação e o emprego emergente;
- Programa de antecipação ao regresso de jovens que estudam fora da Região e inserção destes e de finalistas da Universidade dos Açores,

com uma análise prévia à colocação em estágios, procedendo ao levantamento de entidades potencialmente interessadas;

- Ações de estímulo ao Empreendedorismo e à criação do próprio emprego e fomento do Mercado Social de Emprego;
- Ações de aquisição de Competências Digitais e de Competências Verdes, nas novas profissões da Transição Energética, de nível básico e aprofundado;
- Ações de sensibilização e fomento do emprego feminino;
- Contratos de Qualificação no seio das empresas;
- Programa de Aquisição de Competências Básicas;
- Programa reativação de competências e certificação de competências adquiridas no mundo do trabalho;

3.6.2. Ciência e Tecnologia

O investimento em ciência e tecnologia representa um pilar fundamental para uma economia sólida e robusta. As maiores economias da Europa caracterizam-se por níveis mais elevados de inovação, suportados por forte investimento quer público, quer privado em investigação.

As Regiões Ultraperiféricas, como é o caso da Região Autónoma dos Açores, devido às fragilidades de mercado que lhe são inerentes, como sendo o mercado doméstico de reduzida dimensão, disperso geograficamente e distante dos continentes europeu e americano, possuem maior necessidade de modelar artificialmente a economia,

no sentido de produzir a tão desejada coesão entre estados-membros e regiões da União Europeia.

A análise histórica evidencia que os Açores estão no patamar mais baixo em termos dos indicadores de inovação, como Despesa de I&D no setor público e no setor privado, despesa de inovação por trabalhador e ainda emprego em atividades intensivas de conhecimento. Verifique-se, por outro lado que em termos de introdução de produtos e processos inovadores e colaboração entre organizações para o desenvolvimento de produtos estamos no nível de desempenho moderado baixo, como consequência do ainda limitado investimento em I&D.

Ainda em termos de publicações mais citadas, os Açores apresentam um desempenho moderado fraco e em termos de submissão de direitos de propriedade intelectual situamo-nos no nível fraco ou moderado, muito abaixo da realidade Portuguesa e Europeia.

Não havendo à data avisos lançados específicos para o estímulo de inovação em contexto empresarial, só podemos concluir que o aumento significativo das vendas relativas à inovação nos últimos anos, nos Açores, se devem ao conjunto de iniciativas Transfer+, lançadas pelo anterior executivo do Partido Socialista.

Considere-se igualmente que os programas e políticas dependem da adesão dos potenciais beneficiários, que apesar de sensibilizados por via de ações de disseminação, parecem não reconhecer em pleno o potencial da colaboração e transferência de conhecimento da

academia para o mercado. Essa dificuldade reside sobretudo no facto de estas duas dimensões da hélice quádrupla (academia e empresas) possuírem objetivos estratégicos e operacionais diferentes, assim como uma linguagem e cultura organizacionais específicas.

Assim urge criar condições que fomentem a investigação com vista à promoção da inovação, assim como condições que promovam a adesão dos beneficiários e colaboração entre os vários atores da hélice quádrupla e Sistema Científico e Tecnológico dos Açores e, ainda, o aumento do emprego em atividades intensivas de conhecimento, para elevar ao nível de excelência a investigação conduzida nos Açores e contribuir para alavancar a economia com base em inovação.

Assim, propomos:

- Reforçar a investigação em contexto empresarial e em contexto público;
- Majorar apoios aos centros de investigação, conforme número de alunos de doutoramento ou pós-doutoramento associados, para garantir as necessárias condições de trabalho a estes futuros profissionais de ciência;
- Explorar as oportunidades geradas pelo NONAGON, TERINOV, Air Centre, Terceira Tech Island e o futuro MARTEC para envolver a comunidade científica e as empresas na criação de novos projetos empresariais e de iniciativas de modernização do nosso tecido

económico, gerando mais oportunidades de empreendedorismo jovem e mais empregos bem remunerados;

- Trabalhar em conjunto com a Universidade dos Açores, no sentido de se potenciar a criação de ciclos de estudo e pós-graduações não conducentes a grau, nas áreas STEM (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática) prioritárias para a atualidade;

- Reforçar os mecanismos de apoio, para fins de investigação, para projetos de investigação aplicada, por forma a potenciar o desenvolvimento de novos produtos, nas áreas prioritárias da RIS3 Açores;

- Criar incentivos para o surgimento de projetos de investigação em contexto empresarial ou académico que:

- Incluem unidades de investigação em áreas de conhecimento diferentes. A inovação depende em grande parte da complementaridade de competências e os estudos mostram que equipas multidisciplinares geram produtos com índices mais elevados de atratividade, exequibilidade e viabilidade;
- Incluem atores do Sistema de Ciência e Tecnologia dos Açores, de diferentes “categorias”;
- Incluem centros de investigação, empresas e entidades de apoio;
- Resultem no lançamento de um produto ou aplicação com valor comercial de novos processos;

- Incluem empresas e/ou investigadores que tenham submetido algum direito de propriedade intelectual. A medida visaria incentivar o investigador à submissão de direitos de propriedade intelectual.

- Promover a criação de unidades de investigação e desenvolvimento em contexto empresarial, nas empresas açorianas, para potenciar a inovação e fixação e atração de capital intelectual;
- Promover uma mostra dos centros de investigação e projetos bandeira existentes nos Açores a grandes empresas a nível nacional, que apostam em inovação aberta para a entrega de novos produtos;
- Aumentar o número de bolsas de investigação em áreas deficitárias na Região, para atrair e fixar candidatos, colmatando presentes e futuras necessidades de talento;
- Incrementar as bolsas de investigação científica, para promover a fixação de estudantes de doutoramento e pós-doutoramento na Região;
- Criar incentivos aos profissionais que se mantenham em funções na Região durante 3 anos após conclusão do doutoramento /pós-doutoramento (beneficiários de bolsas de investigação);
- Criar uma base de mentores para apoiar projetos de base tecnológica muito específicas, para cada área prioritária da RIS3 Açores.
- Criar Vale de Transformação Digital destinado a unidades de investigação e/ou Academia;

- Criar um plano estratégico para o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, apostando na especialização e definição de complementaridades e evitando funções redundantes, incluindo indicadores de desempenho objetivos, em linha com os objetivos estratégicos;
- Em conjunto com a tutela da educação sensibilizar os mais jovens para a ciência e inovação, através dos Centros de Ciência, com idas regulares às escolas;
- Promoção da criação de clubes de programação para fomentar o interesse dos mais jovens por uma das áreas técnicas que representará muito em breve a base das profissões, com maior procura, por parte das empresas.

3.6.3 Estratégia para o Espaço

Os governos dos Açores foram líderes na definição de uma política da Região para o setor do Espaço e aeroespacial com um aumento significativo das atividades relacionadas com o mesmo em diversas ilhas da Região, que contribuíram decisivamente para o posicionamento internacional de Portugal neste domínio.

A localização geoestratégica dos Açores foi um fator natural e relevante para esse posicionamento, mas foi a determinação e impulso político que determinaram o sucesso de uma atuação que

permitiu a instalação de infraestruturas espaciais ao longo das últimas décadas, incluindo:

- A estação de rastreio de lançadores da Agência Espacial Europeia (ESA) em Santa Maria, em 1999;
- A instalação da Estação de medição de radiação atmosférica (ENARM) do Departamento de Energia dos EUA na Graciosa, em 2009;
- A estação da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais em Santa Maria, em 2016;
- A estação de sensores Galileo em Santa Maria, em 2017;
- O sensor ótico de Vigilância Espacial e Rastreio (SST) do programa EUSST em Santa Maria e o centro nacional de operações espaciais da rede SST na ilha Terceira, em 2020;
- A antena de telecomunicações de 15 metros em Santa Maria, em 2020; e
- A instalação da estação da EUMETSAT em Santa Maria, em 2021.

É conhecida a ambição da UE neste domínio para os próximos anos e essa constitui uma oportunidade única para a Região que, neste setor, foi deixada ao abandono e à inércia pelo Governo do PSD/CDS-PP/PPM perigando inclusive projetos já instalados nos Açores.

Por isso, o PS/Açores propõe:

- Devolver prioridade aos projetos planeados para a Região neste setor e, de modo particular, os destinados à ilha de Santa Maria;

- Desenvolver o ecossistema espacial regional, olhando para o conjunto das interligações entre infraestruturas espaciais ou aeroespaciais, os centros tecnológicos da Região, a Universidade dos Açores e utilizadores potenciais;
- Dinamizar os contactos ao nível nacional, europeu e internacional para voltar a captar projetos de interesse ou relevo para a Região;
- Desenvolver um Plano de Implementação para a Estratégia dos Açores para o Espaço para alavancar o potencial do sector espacial na Região e os benefícios para o conjunto da economia açoriana.



AÇORES